

Quem disse ?

«Nunca fui um grande simpatizante da Terceira Via»

Mário Soares
TVI, 11 de Outubro



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



PS é a única alternativa credível

Aliança da direita é uma novela estafada

O PS desvalorizou terça-feira, totalmente, a desistência de Basílio Horta em concorrer às eleições para a Presidência da República, assim como a proposta de Paulo Portas para uma convergência entre PSD e CDS-PP. «Trata-se de uma novela já muito estafada. É estranho e extremamente infeliz que a nova tentativa de AD (Alternativa Democrática) comece com a desistência de Basílio Horta das eleições para a chefia do Estado e tenha como segundo episódio um pedido de desistência da candidatura de Ferreira do Amaral», comentou em conferência de Imprensa o dirigente da Comissão Permanente do Partido Socialista José Junqueiro. Para o ex-vice-presidente do Grupo Parlamentar socialista, «o PSD e CDS-PP continuam a revelar que não se entendem e demonstram que secundarizam o interesse nacional, já que os seus objectivos políticos se resumem a mera disputa do poder pelo poder. Com a AD, Paulo Portas e Durão Barroso apenas querem fazer uma experiência, mas não sabem ainda se resulta ou não», referiu, antes de contrapor que o PS, no País, representa «a estabilidade política. Temos um rumo claro e propostas bem concretas para melhorar o nível de vida dos portugueses», casos da reforma fiscal e do Orçamento de Estado para 2001.

José Junqueiro comentou ainda que os factos políticos ocorridos na passada terça-feira, lançados pelo líder do CDS-PP, fazem parte de «uma estratégia ao mesmo tempo trágica e inteligente».

«Tudo isto é trágico para Paulo Portas, porque quer ser o líder da direita, só que não vai ter candidato presidencial», disse Junqueiro. Mas, segundo, a estratégia é também inteligente «porque exige a desistência de Ferreira do Amaral das eleições presidenciais, alegando que é um candidato fraco», justificou.

Ou seja, segundo o secretário de Estado da Administração Portuária, com esta tática, «Paulo Portas demarca-se do esperado fracasso de Ferreira do Amaral» perante Jorge Sampaio nas eleições para a escolha do chefe de Estado.

A seguir, José Junqueiro parafraseou Basílio Horta, lembrando a sua afirmação de que «a política sem ambição é uma fraude. Não sei se essa afirmação se aplica a Basílio ou a Ferreira do Amaral», rematou o membro da Comissão Permanente do PS.

Eleições Regionais nos Açores

PS alcança maioria absoluta e promete ainda maior justiça social



O PS obteve uma vitória histórica e contundente nos Açores. O chefe do Governo Regional, o camarada Carlos César, que foi o principal artífice da maioria absoluta alcançada pelo PS, já elegeu a solidariedade social como a paixão do próximo Executivo.

Política

A «bola» está agora do lado dos partidos da oposição Um Orçamento indiscutivelmente justo



O Orçamento de Estado de 2001 foi entregue segunda-feira na Assembleia da República. As suas linhas gerais são extremamente benéficas para muitos milhares de famílias portuguesas. As despesas sociais do Estado continuarão a crescer no próximo ano. A generalidade dos contribuintes conhecerá um significativo desagramento fiscal. Por outro lado, quem não cumpre as suas obrigações perante o Estado, vai ser finalmente forçado a pagar.

União Europeia

Cimeira de Biarritz Guterres rejeita perda de comissário europeu por Portugal



Os líderes dos Quinze confirmaram no dia 13, na cimeira europeia de Biarritz, a existência de divergências entre «grandes» e «pequenos» Estados sobre a partilha do poder comunitário, tendo António Guterres rejeitado a perda do comissário europeu por qualquer país.



PS absoluto nos Açores

Largas centenas de pessoas convergiram, domingo à noite, para a baixa da cidade de Ponta Delgada para festejar a primeira maioria absoluta do Partido Socialista nos Açores. Uma grande vitória socialista traduzida em mais votos, mais percentagem e mais deputados do que todos os restantes partidos parlamentares.

À semelhança de 1996, o grande obreiro desta primeira maioria absoluta, Carlos César, comemorou a grande vitória histórica nas Portas da Cidade onde prometeu aos açorianos que a solidariedade social será a paixão do próximo Governo socialista, mas também falou de diálogo com a oposição e a sociedade civil e a continuação do projecto que tem vindo a ser executado desde há quatro anos.

Carlos César garantiu que existirá no próximo governo «um espaço para assegurar que os excluídos tenham um apoio público». «A solidariedade social é a alma e a razão de ser de quem é socialista», salientou.

O programa de Governo com que o PS venceu as eleições regionais com maioria absoluta preconiza um modelo de autonomia assente «na responsabilidade partilhada» com o Governo da República e a União Europeia. Um programa que defende querer o prosseguimento da «relação frutuosa» com o Executivo chefiado por António Guterres, tendo em atenção o «respeito da Assembleia e do Governo da República pelos ordenamentos constitucional e estatutário da autonomia».

Relativamente à actividade económica, o programa do Governo aponta a necessidade de desenvolver «uma verdadeira cultura de turismo» na sociedade açoriana, através de mecanismos que garantam a sustentabilidade do sector.

Para isso, defende a melhoria dos serviços de transporte aéreo e marítimo, a modernização e expansão do parque hoteleiro, o fomento da animação turística e a promoção do destino Açores no exterior, medidas integradas num «plano estratégico de marketing» para o sector. Para Jorge Coelho, esta grande vitória socialista é o primeiro triunfo por maioria absoluta do Partido em eleições supramunicipais e ficou a dever-se «em primeiro lugar ao excelente trabalho desenvolvido pelo Governo Regional» liderado por Carlos César.

Mas esta grande vitória socialista é também um bom motivo para a oposição nacional reflectir sobre as consequências de uma estratégia política destrutiva e de bota abaixo que tem vindo a promover nos últimos meses.

Sobre esta matéria, o coordenador da Comissão Permanente do PS lembrou que aqueles que apostam em estratégias para provocar instabilidade devem reflectir sobre o significado da resposta que os eleitores açorianos deram ao proporcionarem uma maioria absoluta ao Partido Socialista. É que ao longo dos últimos quatro anos, as forças opositoras do Governo Regional dos Açores «tudo fizeram para provocar instabilidade, tentando inclusivamente provocar eleições antecipadas». Por isso, «estes resultados devem motivar uma reflexão à oposição no País».



FRENTE-A-FRENTE SOARES-CUNHAL BATE AUDIÊNCIAS

O frente-a-frente realizado entre Soares e Cunhal na RTP-2 era objecto de grande destaque na edição de 14 de Outubro de 1982 do «AS». Duas páginas (oitto e nove) eram dedicadas a este debate seguido por milhões de portugueses (recorde de audiências) e que durou cerca de duas horas. Era o tempo dos debates estimulantes em que os políticos não se acotovelavam ao centro, em que a política, a ideologia e os valores estavam presentes. Era ainda o tempo, por exemplo, em que os concursos distribuindo dinheiro (guerra das audiências «obliga») não dominavam o pequeno ecrã, pondo a nu na maior parte dos casos uma grande dose de ignorância e sofreguidão doentia pelo dinheiro.

«As alternativas políticas, em democracia, surgem com as eleições. Isto é, consultando o eleitorado e não forjando-as antecipadamente», afirmou Soares no referido debate, em que ficou mais uma vez claro as diferenças entre os dois líderes e os dois partidos, particularmente nas questões da democracia pluralista, direitos humanos e liberdade de expressão e informação.

Destaque ainda nesta edição para um comunicado da Comissão Nacional do PS exigindo a realização de eleições gerais antecipadas face à falência da AD e ao agravamento da situação económica e social do País.

J. C. CASTELO BRANCO

14 de Outubro

Quem disse?

«Não é a denegrir os partidos políticos que se trabalha no engrandecimento da nação»

Mário Soares



Sampaio anuncia recandidatura

O Presidente da República, Jorge Sampaio, anuncia hoje a sua recandidatura a um segundo mandato como Chefe de Estado. O anúncio da recandidatura será feito num local exterior ao Palácio de Belém, onde Sampaio deverá estar acompanhado pela família.

O mandatário da campanha de recandidatura será o neurocirurgião António Iobo Antunes.

As eleições presidenciais realizam-se no próximo dia 14 de Janeiro.



Arons de Carvalho quer RTP «Gold»

O secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, defendeu na passada sexta-feira, dia 13, a criação pela RTP de um canal «semelhante ao canal SIC Gold».

O governante afirmou em Vouzela, durante um encontro dedicado à Comunicação Social regional, que «este tipo de canais são úteis».

Um dos argumentos utilizados por Arons de

Carvalho para defender que a RTP deveria criar um canal alternativo é a existência na estação pública de televisão de «arquivos de grande qualidade e com décadas de história» que poderiam ser rentabilizados desta forma. O secretário de Estado lembrou, a propósito, que as grandes estações de televisão, como a BBC (Inglaterra), TVE (Espanha) e a RAI (Itália) já estão a transmitir canais com esta natureza.

Mário Soares quer uma Constituição europeia

O ex-presidente da República Mário Soares defendeu, no dia 13, em Cascais, a criação de uma constituição europeia, «para uma cidadania que ultrapasse uma cidadania nacional».

Soares, que falava no Seminário Internacional para os Direitos Humanos e Cidadania, acrescentou que, «através da consciência de uma cidadania europeia, as coisas andarão para a frente mais depressa».

«A cidadania está relacionada com a participação da vida na sociedade, e cada vez é mais necessário pensar-se numa cidadania abrangente», defendeu.

Presente no seminário esteve, também, o presidente da Câmara Municipal de Cascais, José Luís Judas, que falou sobre investimento na qualidade de vida, considerando que, numa política sobre a

família, existem três vertentes essenciais, «que não custava nada ao erário público pô-las em prática».

A primeira diz respeito à habitação. De acordo com o autarca, «é necessário que o Governo continue a investir na habitação a custos controlados para que as famílias se desenvolvam condignamente».

A segunda vertente defendida por Judas seria o aumento dos dias de férias: «Era positivo equacionar uma quinta semana de férias, tal como acontece em França, para que possamos criar condições para que a família tenha condições de se reunir».

Finalmente, a terceira passa pelo apoio às famílias que têm no seu seio pessoas com deficiência.

Para o presidente da Câmara de Cascais, «num Estado em desenvolvimento há que criar condições para ajudar estas famílias».

Conclusão da A2 está garantida

O ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, disse, no dia 13, em Vieira do Minho, que, independentemente dos processos em curso na Comissão Europeia, a auto-estrada para o Algarve estará totalmente concluída em Junho de 2002.

«O troço até Castro Verde abre no dia 1 de Junho de 2001 e o resto da via um ano depois», garantiu, frisando: «depois da auto-estrada estar concluída certamente ninguém irá lá arrancá-la e deitá-la fora».

O governante falava nos Paços do Concelho, durante a sessão solene realizada pela Câmara Municipal, por ocasião da inauguração do Centro Coordenador de Transportes da localidade, uma obra que custou 140 mil contos, 82,5 por cento dos quais comparticipados pelo Governo.

Jorge Coelho sublinhou que foi necessário «desbloquear, de uma vez por todas, a auto-estrada para o Algarve» e manifestou-se convicto de que «Portugal não será condenado pela Comissão Europeia, já que cumpre as regras e os valores ambientais e de ordenamento do território».

«Quando fazemos uma estrada temos consciência de que não há outra terra senão esta e seguimos as normas comunitárias em vigor», afirmou.

Recorde-se que a Comissão Europeia decidiu no passado dia 11 avançar com o processo de infracção contra Portugal por violação da directiva Habitats no traçado da auto-estrada do Algarve (A2), que atravessa a zona de protecção especial de Castro Verde.

PS ALCANÇA MAIORIA ABSOLUTA E PROMETE AINDA MAIOR JUSTIÇA SOCIAL

O PS obteve uma vitória histórica e contundente nos Açores. O chefe do Governo Regional, o camarada Carlos César, que foi o principal artífice da maioria absoluta alcançada pelo PS, já elegeu a solidariedade social como a paixão do próximo Executivo.

O notável trabalho realizado no primeiro mandato obteve o reconhecimento, expresso nas urnas, da população açoriana. Uma nova etapa no desenvolvimento económico e social começa agora com os socialistas mais quatro anos à frente dos destinos dos Açores. Muito trabalho, empenho e seriedade são cada vez mais a imagem de marca do PS nos Açores. Nas eleições históricas do passado domingo, o PS obteve uma vitória em toda a linha, tendo subido em quase todas as ilhas, vencendo em São Miguel, na Terceira, em São Jorge, na Graciosa e na ilha do Corvo.

O socialista Carlos César, vencedor com maioria absoluta das eleições legislativas de domingo, prometeu aos açorianos que a solidariedade social será a paixão do próximo Governo. Falando no auditório dos CTT em Ponta Delgada, onde o PS/Açores acompanhou os resultados eleitorais, Carlos César garantiu que existirá no próximo Governo «um espaço para assegurar que os excluídos tenham um apoio público».



Mensagem do camarada Guterres

O secretário-geral do PS considerou no dia 16 que a «histórica vitória» dos socialistas açorianos nas eleições regionais de domingo «serve de exemplo e de incentivo» para todo o partido.

Numa mensagem enviada ao PS/Açores, o camarada António Guterres manifesta «grande alegria» pela primeira maioria absoluta alcançada pelo partido numa eleição supramunicipal. «Esta histórica vitória, além de constituir um merecido e justo prémio, serve também de exemplo e incentivo para todo o Partido Socialista», acentua.

Guterres argumenta que o resultado alcançado ficou a dever-se ao «competente trabalho realizado em prol dos Açores e dos açorianos pelo Governo Regional presidido pelo Carlos César e ao competente desempenho de todo o PS/Açores».

«Pode o PS/Açores e o seu presidente, Carlos César, continuar a contar com a total solidariedade e empenho do PS nacional no árduo trabalho que desempenhará na próxima legislatura», conclui o líder socialista.

«A solidariedade social é a alma e a razão de ser de quem é socialista», salientou o camarada Carlos César.

O líder do PS/Açores afirmou que o resultado conseguido constitui «a primeira maioria absoluta que o PS obtem em toda a sua história em eleições legislativas». Esta «grande vitória», adiantou, traduz-se em mais votos, mais percentagem e mais deputados do que todos os restantes partidos parlamentares, cujos líderes saudou.

Portas espalhou resmas de demagogia

Numa crítica à prolongada presença de Paulo Portas na Região durante a campanha eleitoral, numa espécie de turismo político, onde espalhou toneladas de demagogia e populismo, César referiu-se a ele como se fosse líder do PP nas ilhas. O futuro chefe do Governo garantiu ainda que manterá uma postura dialogante «em benefício de todos os açorianos e sem olhar à sua condição partidária».

«A maioria absoluta hoje alcançada representa o reconhecimento dos açorianos que manifestaram confiança ao projecto socialista, um cenário que acresce a responsabilidade do PS para ser merecedor desse reconhecimento», disse.

Visivelmente emocionado, Carlos César dedicou parte da alegria sentida pelos socialistas a dois militantes recentemente falecidos.

J. C. CASTELO BRANCO

Região Autónoma do Açores

Freguesias apuradas	150	Inscritos	187934	Votantes	99 527	Abstenção	88 407	Branços	891	Nulos	880
Freguesias por apurar	0				52,96%		47,04%		0,90%		0,88%
Total de mandatos	52										

DISTRIBUIÇÃO DE MANDATOS

CÍRCULOS	TOTAL	PS	PPD/PSD	CDS-PP	PCP-PEV
Ilha de Santa Maria	3	2	1	-	-
Ilha de São Miguel	19	12	6	1	-
Ilha Terceira	10	6	3	1	-
Ilha Graciosa	3	2	1	-	-
Ilha de São Jorge	4	2	2	-	-
Ilha do Pico	4	2	2	-	-
Ilha do Faial	4	2	1	-	1
Ilha das Flores	3	1	1	-	1
Ilha do Corvo	2	1	1	-	-
REGIÃO AUTÓNOMA	52	30	18	2	2

	PS	PPD/PSD	CDS-PP	PCP-PEV	B.E.	PPM/PDA
Votos	48 931	32 295	9 515	4 829	1 362	824
%	49,16	32,45	9,56	4,85	1,37	0,83
Mandatos	30	18	2	2	-	-
%	57,69	34,62	3,85	3,85	-	-

Madeira

Preparar derrota do vale tudo

A demagogia, populismo e clientelismo onde vale tudo teve mais uma vitória, até à derrota final, que tem que começar a ser preparada desde já pelo PS/Madeira. O combate ao défice democrático deve ser a prioridade. Os madeirenses têm de despertar. A alternativa passa pelo PS.

O camarada Mota Torres, líder regional e cabeça-de-lista do PS às eleições regionais da Madeira, assumiu no domingo a derrota eleitoral do seu partido e anunciou a sua não recandidatura ao cargo de dirigente máximo dos socialistas.

Mota Torres falava numa unidade hoteleira do Funchal após a divulgação substancial dos resultados eleitorais, que deram nova maioria absoluta ao PSD.

Embora tenham mantido os seus 13 deputados, devido à eleição de mais dois deputados pelos círculos eleitorais do Porto Santo e Porto Moniz, os socialistas não deixaram de fazer três constatações: «o PS perdeu, não retirou a maioria absoluta ao PSD e tem obrigação de reconhecer que não atingiu os seus objectivos eleitorais». Isto, na óptica de Mota Torres, obriga contudo a «direcção regional do partido a assumir neste momento grande serenidade», até porque o «PS não desapareceu com este resultado, que é de manutenção e de perspectivas em relação ao futuro».

Na conferência de imprensa e em declarações posteriores à comunicação social, Mota Torres afirmou-se satisfeito com a

«solidariedade» demonstrada nestas eleições pela direcção nacional do PS. Sobre as declarações de Jorge Coelho, coordenador-geral do PS, segundo quem seriam necessárias mudanças e uma renovação no PS-M, Mota Torres considerou-as «abrangentes».

UM ORÇAMENTO INDISCUTIVELMENTE JUSTO

O Orçamento de Estado de 2001 foi entregue segunda-feira na Assembleia da República. As suas linhas gerais são extremamente benéficas para muitos milhares de famílias portuguesas. As despesas sociais do Estado continuarão a crescer no próximo ano. A generalidade dos contribuintes conhecerá um significativo desagravamento fiscal. Por outro lado, quem não cumpre as suas obrigações perante o Estado, vai ser finalmente forçado a pagar. Os salários da Administração Pública terão também um aumento superior à inflação, o mesmo se prevendo em relação à generalidade das pensões, sobretudo as mais degradadas. A estes factores, junta-se ainda uma previsão de crescimento económico que permitirá continuar a combater o desemprego, assim como uma estimativa realista ao nível da inflação. No próximo ano, os preços deverão evoluir de forma mais favorável do que no corrente ano. Estamos assim perante um Orçamento de Estado indiscutivelmente justo em termos sociais. Cabe agora às oposições esclarecerem se preferem colocar em primeiro lugar os interesses dos portugueses ou os seus interesses partidários.



Orçamento de Estado para 2001 tem de ser, apenas, a primeira página de um novo capítulo da consolidação das finanças públicas em bases mais sólidas», sustentou o ministro das Finanças, Joaquim Pina Moura. A consolidação das finanças públicas foi precisamente um dos mais importantes objectivos definidos por Pina Moura na apresentação pública do Orçamento de Estado de 2001, na passada segunda-feira. Essa consolidação, segundo o membro do Governo, far-se-á através da redução das taxas de crescimento da despesa pública, da despesa corrente e da despesa primária para valores nunca superiores à taxa nominal do Produto Interno Bruto. Comparando os valores inscritos nos orçamentos de Estado de 2001 e de 2000, Pina Moura sublinhou que a taxa de crescimento da despesa pública baixa de 10,9 para 5,9 por cento, a da despesa corrente cai de 11,2 para 6,6 por cento e a relativa à despesa corrente primária baixa de 10,5 para 6,7 por cento. O ministro das Finanças adiantou ainda que, em termos absolutos, a despesa pública no SPA (Sector Público Administrativo) em 2001 tem um aumento de 652,8 milhões de contos, enquanto que em 2000 esse aumento foi de 1086 milhões de contos. «Quanto ao subsector Esta, este



aumento é agora de 406 milhões de contos, enquanto que em 2000 foi de 599 milhões de contos. Os fundos e serviços autónomos, comparando valores orçamentados de 2000 e 2001 baixa de 15,1 para 4,9 por cento o crescimento da respectiva despesa total, superando o descontrolo que esteve na origem do crescimento excessivo da despesa pública do Orçamento de Estado para 2000», sublinhou, dizendo que o afirma «sem qualquer triunfalismo ou auto-satisfação contemplativa». Pina Moura destacou que, mesmo com este padrão de despesa, a execução do Orçamento de Estado para 2001 «tem de ser muito rigorosa» e, por isso, mantém o nível e a tipologia das cativações constantes do anterior documento, com a nova excepção do ensino superior.

Para o titular da pasta das Finanças, é ainda necessário «ir mais além», para «atacar as raízes do desperísimo, do desperdício e da ineficiência», acelerando as reformas estruturais essenciais como a da Administração Pública, a consolidação financeira das empresas públicas e o financiamento do Serviço Nacional de Saúde. «É necessário encarar de frente a eliminação do cancro financeiro que algumas empresas públicas, ou de capitais públicos, constituem há mais de 20 anos e que custam muitas dezenas de milhões de contos ao erário público», afirmou, quando questionado sobre quais as reformas encarava como decisivas para a actual legislatura. A alteração do modelo de financiamento do Sistema Nacional de

Saúde é outra das reformas prioritárias para Pina Moura, que afirmou ainda que a ministra da Saúde «tem já um programa para a legislatura nesse domínio. Nos dois últimos orçamentos reforçámos o financiamento do SNS, mas não podemos ter a ideia de que os problemas estruturais que enfrenta se resolvem fazendo crescer as transferências de ano para ano», concluiu.

Receitas de impostos aumentam

Pela proposta de Orçamento de Estado de 2001, as receitas dos impostos vão aumentar 9,2 por cento (para cerca de 5638,1 milhões de contos) em relação ao corrente ano. A taxa de crescimento da receita fiscal ficará, assim, significativamente acima dos 6,9 por cento de crescimento nominal da economia. Globalmente, os portugueses vão entregar mais de 476,3 milhões de contos ao fisco, no próximo ano. Face ao orçamento para este ano, as previsões do Ministério das Finanças para 2001 representam um crescimento de 6,93 por cento. A receita dos impostos indirectos vai subir 9,9 por cento, à custa, essencialmente, do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA), que deverá subir 10,2 por cento para 1.936,7 milhões de contos. O IVA, que deverá registar um aumento absoluto de 179,2 milhões de contos, representará 60 por cento do total de impostos indirectos que o Governo prevê cobrar no próximo ano. No relatório do Orçamento de Estado para

2001, o Governo explica que «o aumento da receita previsto em sede de IVA está essencialmente relacionado com a esperada aceleração da actividade económica e com o prosseguimento da luta contra a evasão a este imposto».

O Imposto Sobre Produtos Petrolíferos (IPS) deverá totalizar 460 milhões de contos, o que representa uma subida de, apenas, 5,6 por cento face aos 453,6 milhões de contos da estimativa de cobrança para este ano. No entanto, face ao orçamento de 2000, o valor previsto para 2001 traduz uma quebra de 14,9 por cento. Isto quer dizer que o aumento dos preços dos combustíveis, previsto para Janeiro do próximo ano, deverá ser pouco significativo.

Os impostos directos continuam a crescer acima da taxa de crescimento nominal do Produto Interno Bruto, com o Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) a registar uma subida de 8,5 por cento para 1460,9 milhões de contos. Por outro lado, as empresas com volume de negócios até 30 mil contos que aderirem ao sistema de tributação simplificada pagarão uma taxa de IRC de apenas 20 por cento, contra os 32 por cento da taxa geral. O pedido de autorização legislativa para a criação de um regime simplificado de tributação é a única referência da proposta de Orçamento de Estado de 2001 ao IRC, porque, segundo o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Ricardo Sá Fernandes, as alterações da estrutura estão na proposta de reforma fiscal.

A inclusão do regime simplificado de

tributação é justificada pelo secretário de Estado com a sua implicação orçamental óbvia. Apesar do regime simplificado ser uma novidade do Orçamento de Estado para o próximo ano, o orçamento do corrente ano já previa o estabelecimento de uma taxa de 25 por cento de IRC para empresas com um volume de negócios entre os 30 mil e os 100 mil contos.

Desagravamento generalizado de impostos

A redução das taxas de IRS, conjugada com o alargamento dos escalões vai beneficiar a generalidade dos contribuintes, de acordo com a tabela inscrita no Orçamento de Estado para 2001. A redução das taxas de IRS a uma média de dois por cento em cada escalão vai ao encontro dos objectivos de desagravamento da carga fiscal sobre os trabalhadores dependentes e sobre os contribuintes de menores rendimentos. A taxa mínima de IRS é reduzida de 14 para 12 por cento, incidindo sobre rendimentos até aos 800 contos, cujo limite máximo foi também alargado, dos 730 contos em vigor, em 2000.

Além da redução de todas as taxas e do alargamento de todos os escalões, a tabela de IRS para 2001 inclui um novo «patamar», de 38 por cento, relativo aos rendimentos colectáveis entre os 6900 e os 10 mil contos, até aqui tributados à taxa de 40 por cento. O aumento do rendimento disponível das famílias para 2001 através das alterações ao IRS, anunciado pelo Governo, não só pela redução das taxas e alargamento dos escalões, mas também pelos aumentos das deduções. O aumento efectivo das deduções pessoais, superior à inflação e a indexação destas deduções ao salário mínimo nacional são outras medidas benéficas. As deduções pessoais – importâncias deduzidas à colecta do IRS pelos sujeitos passivos e membros do seu agregado familiar – deixam de ser estipuladas anualmente e passam a ser indexadas ao salário mínimo nacional, actualmente em 63800 escudos. Assim, a dedução para os sujeitos passivos não casados passa de 36720 escudos para 60 por cento do salário mínimo (38820 escudos), enquanto para os sujeitos casados, a dedução é de 50 por cento daquele montante (31900 escudos), contra os 27950 escudos, estipulados pelo Orçamento de Estado do corrente ano.

O aumento efectivo destas deduções será de 4,2 por cento para os sujeitos não casados e superior a dez por cento no caso dos sujeitos passivos casados. Este orçamento inclui, ainda, pela primeira vez, uma referência às famílias monoparentais, que passam a contar com uma dedução equivalente a 80 por cento do salário mínimo nacional. Por cada dependente, a dedução é de 40 por cento do salário mínimo e por cada ascendente que viva efectivamente em comunhão de habitação com o sujeito passivo e não aufera rendimento superior à pensão mínima do regime geral a dedução atinge os 50 por cento também do salário mínimo.

As famílias com três ou mais filhos também vão beneficiar de um aumento relevante



das deduções relativas à educação, já que, por cada dependente, poderão deduzir mais de 20 por cento do salário mínimo nacional. Outra importante medida diz respeito às alterações relativas aos fundos de poupança reforma e educação, sendo consagradas majorações para os aforradores de idades inferiores a 35 anos. Ou seja, há igualmente um claro incentivo à poupança por parte das gerações mais novas.

Melhor evolução dos preços

O Governo assegura que o padrão de evolução mensal dos preços em 2001 será melhor do que o de 2000, senso assim perfeitamente sustentável a sua meta de inflação para o próximo ano, entre os 2,7 e os 2,9 por cento. «Seria preciso que tivéssemos em 2001 um péssimo ano na agricultura» para que certos preços de bens desse sector registassem os mesmos comportamentos anómalos que estiveram a causar parte das pressões inflacionistas ao longo deste ano, respondeu segunda-feira o secretário de Estado do Orçamento, Fernando Pacheco. A incerteza face a

outros factores de inflação, como a evolução do mercado petrolífero, levaram o Governo a rever a projecção para a média anual de subida do índice de Preços no Consumidor (IPC) contida nas Grandes Opções do Plano, que apontava para uma taxa de 2,7 por cento, para um intervalo, agora entre os 2,7 e os 2,9 por cento. Na mesma conferência de imprensa para a apresentação do Orçamento de Estado de 2001, o ministro das Finanças também admitiu que o ajustamento dos combustíveis no próximo ano é «altamente provável», se a evolução do preço do barril subir acima dos níveis dos últimos meses. Pina Moura assegurou que procurará que esses ajustamentos sejam «moderados e compatíveis com a manutenção de um clima favorável a um crescimento económico não inflacionista». De acordo com o titular da pasta das Finanças, o crescimento orçamentado para o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) está «rigorosamente em linha com o crescimento previsto da economia». Escusando-se a adiantar quaisquer indicações para os aumentos, o ministro das Finanças afirmou que é necessário, em primeiro lugar, «perceber a evolução do

preço do crude até ao final do ano», tendo em conta as recentes tensões no Médio Oriente. «Precisamos de ter a maior prudência nas previsões sobre esta matéria», explicou o membro do Governo. De acordo com o Orçamento de Estado, a política fiscal do Governo sobre os combustíveis em 2001 mantém a tributação no nível mínimo legalmente possível. Para Pina Moura, esta opção mostra que o executivo continua a «sacrificar a receita fiscal desta origem» em favor dos consumidores.

Receitas das futuras privatizações

As operações de privatização a realizar entre o final deste ano e Dezembro de 2001 deverão render aos cofres do Estado 400 milhões de contos, segundo as estimativas previstas no Orçamento de Estado para o próximo ano. Os 400 milhões de contos correspondem às privatizações da Cimpor, Portugal Telecom, Papercel e Portucel. No relatório geral do Orçamento de Estado para 2001, pode ainda ler-se que as operações de privatização da Galp e da EDP originarão uma receita global de 500 milhões de contos. O Governo vendeu este ano 11 por cento da Galp, operação que resultou num encaixe de 87 milhões, e prepara-se para alienar até 20 por cento da EDP no dia 23 de Outubro. Face a estes valores, pode inferir-se que o Governo prevê encaixar cerca de 413 milhões de contos com a quarta fase da privatização da EDP.

Quanto a 2001, o Governo destaca as operações que se irão realizar no sector industrial, no âmbito do qual deverão ser totalmente alienadas as participações do Estado na Portucel Industrial, na Soporcel e na Cimpor. A quarta e última fase de privatização da Cimpor, no decorrer da qual o Estado alienará 12,7 por cento da cimenteira através de concurso público, ocorrerá, de acordo com o calendário, entre o final do corrente ano e 2001.

No sector energético, o Governo refere que irá prosseguir com a privatização da EDP e levar a cabo uma Oferta Pública Inicial no sub-sector do gás e petróleo, referindo-se à entrada em bolsa da Galp Petróleo e Gás de Portugal SGPS, que deverá ocorrer entre 2001 e 2002. Quanto ao sector dos transportes, infra-estruturas e comunicações, o relatório global do Orçamento de Estado de 2001 refere a primeira fase de privatização da ANA, com a abertura do capital a um parceiro estratégico e a continuação da privatização da TAP. A venda da participação que o Estado detém na Brisa, prevista para 2001 e o início da privatização selectiva de linhas ou unidades de negócios da CP são outras operações previstas.

No sector financeiro, o relatório geral do Orçamento de Estado admite a entrada de um parceiro estratégico, designadamente no sub-sector segurador (Mundial Confiança e Fidelidade do grupo Caixa Geral de Depósitos) A quinta fase da Portugal Telecom, que deverá realizar-se no final deste ano, também figura no calendário de privatizações incluído no relatório do Orçamento de Estado para 2001.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O Governo vai começar a pagar, em Janeiro do próximo ano, o suplemento de turno e piquete aos agentes da PSP.

A garantia foi dada, no dia 13, hoje em Lisboa pelo ministro da Administração Interna, Severiano Teixeira.

No final da sua primeira reunião com a Associação Sócio-Profissional de Polícia (ASPP), Severiano Teixeira adiantou que a regulamentação da lei que consagra o suplemento de turno e piquete (aprovada o ano passado) vai avançar o mais rapidamente possível, por forma a poder ser pago no princípio do próximo ano.

Em declarações à imprensa, o presidente da ASPP, Alberto Torres, manifestou-se «satisfeito» com a garantia dada pelo responsável pela Administração Interna, uma vez que esta era uma das principais reivindicações dos polícias.

Em cima da mesa, adiantou o presidente da ASPP estiveram também as alterações ao Regulamento Disciplinar da PSP – que, de acordo com Severiano Teixeira, será revisto depois de aprovado o Código Deontológico da PSP –, a alteração do Regulamento de Esquadras e Postos e o Regulamento de Honras Militares, diplomas que estão em estudo na Direcção Nacional da polícia.

Quanto a este último assunto, Alberto Torres afirmou que o entendimento da ASPP é de que o Regulamento de Honras Militares «deve ser eliminado, uma vez que não se ajusta a uma polícia totalmente civil como a PSP».

Da reunião com o ministro da Administração Interna, a delegação da ASPP saiu ainda com a garantia de que o seguro de acidentes pessoais dos profissionais da PSP (já garantido pelo secretário de Estado da Administração Interna no princípio do ano) está em fase final e deverá entrar em vigor a curto prazo, e de que será revisto o Sistema de Saúde da PSP para uma melhor utilização destes serviços e uma melhor gestão dos meios financeiros.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

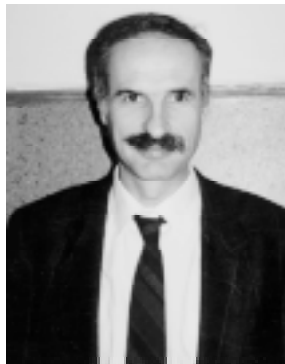
O secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, disse, no dia 12, que o diploma sobre comparticipação do porte-pago da imprensa regional pretende combater a «concorrência desleal».

Ao comentar a posição assumida por alguns jornais regionais, caso do semanário «A Defesa», de Évora, que surgiu recentemente nas bancas com uma tarja negra onde se lê «Estamos de luto», Arons de Carvalho admitiu que a medida governamental «divide a imprensa regional», mas recordou que Portugal é o único país da Europa com porte-pago a cem por cento.

«Sabemos que há casos de concorrência desleal e há jornais que solicitaram as medidas que agora temos em preparação», explicou o governante, segundo o qual as novas regras para comparticipação do porte-pago entrarão plenamente em vigor a partir de Janeiro de 2002.

A proposta de decreto-lei sobre o porte

pago está, segundo Arons de Carvalho, em fase final de preparação, devendo ser em breve aprovada em Conselho de Ministros. As novas regras apontam para um período transitório entre Janeiro de 2001 e Janeiro de 2002.



Neste período, todos os jornais beneficiarão de uma comparticipação no porte-pago em 80 ou 90 por cento, consoante tenham, ou não, jornalistas profissionais nos quadros.

Após Janeiro de 2001, os jornais beneficiarão, contudo, do porte-pago total para 15 por cento da tiragem expedida pelos CTT.

De acordo com o responsável pela comunicação social, os quinzenários, com as novas regras, sofrerão apenas um aumento de 198 escudos/ano no preço das assinaturas.

DEFESA

O ministro da Defesa, Castro Caldas, disse, no dia 14, em Vila Real, que o Executivo está empenhado na construção de uma política de apoio a todos os antigos combatentes.



Castro Caldas, que falava no decorrer das comemorações do 77º aniversário da Liga dos Combatentes, referiu ainda que o Ministério da Defesa vai desenvolver uma política de apoio às famílias dos militares mortos em combate e aos antigos

combatentes devido às dificuldades que os actos de guerra lhes ocasionaram.

«O Governo está muito empenhado no trabalho que a liga está a desenvolver e cuja mensagem, passados 77 anos, continua a ter valor», acrescentou.

Para o ministro, a Liga dos Combatentes pretende alertar a comunidade portuguesa para o respeito que a nação tem de ter com os antigos combatentes e pelos seus sacrifícios.

Castro Caldas considera que Portugal deve honrar todos os antigos combatentes porque – frisou – «eles dignificaram e honraram os valores da pátria».

DESPORTO

O ministro da Juventude e do Desporto, Armando Vara, inaugurou, no dia 12, em Lisboa, a Mediateca do Desporto, a funcionar no Centro de Estudos de Formação Desportiva, um investimento do Estado que ronda os 50 mil contos.



De acordo com Vara, está a ser dado o primeiro passo para que a investigação e tudo o que tem a ver com a formação dos agentes desportivos se torne mais sólida. «Num futuro próximo o acervo que hoje está aqui a ser inaugurado vai estar a acessível em toda a parte do País, através da Internet, e poderá dessa forma chegar a todos os interessados», afirmou.

No que se relaciona com a sua nova pasta, Armando Vara salientou que vai ser fomentada futuramente uma nova economia em relação à organização de eventos desportivos.

«Vamos apoiar todas as candidaturas de nível internacional a Portugal, fazer uma grande aposta e lançar mão de construir um ministério que defenda melhor os interesses do desporto no País», sublinhou Vara.

Para o director do Centro de Estudos de Formação Desportiva, Fiúza Fraga, a inauguração da Mediateca do Desporto é um «momento alto de dinamismo e vitalidade do desporto».

«Trata-se de um valioso espólio que mostra as diferentes dimensões desportivas e que será de grande utilidade para todo o movimento desportivo nacional», afirmou Fiúza Fraga.

Cerca de 15 mil imagens, 19 mil títulos de

periódicos e um banco de imagens multimedia, é o acervo da Mediateca, que estará ao dispor de todos aqueles que de certa forma estão ligados ao desporto (estudantes, formadores, técnicos) mas também aos simples curiosos.

A Mediateca do Desporto abre ao público no próximo dia 26 de Outubro, e funcionará entre as 9 e as 20 horas.

EQUIPAMENTO

O ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, presidiu, no dia 13, em Ponte de Lima, à cerimónia de consagração de um lança de 12 quilómetros do IC-28.



Este lança, a construir nos concelhos de Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, custará cerca de oito milhões de contos e estará concluído dentro de dois anos.

O IC-28 tem já a funcionar um troço, de cerca de três quilómetros, que foi construído no âmbito da empreitada da portagem norte da A-3, em Ponte de Lima.

Com um total de 35 quilómetros, o IC-28, ligando Ponte de Lima e a fronteira da Madalena, no Lindoso, entroncará no futuro IP-9 (Viana do Castelo – Ponte de Lima), criando uma via transversal que, além de ligar entre si os quatro municípios do Vale do Lima, os ligará também à auto-estrada. Esta via é vista pelos autarcas da região como «fundamental», não só para o desenvolvimento do Vale do Lima, mas também para o incremento da cooperação transfronteiriça com a província galega de Ourense.

ESTADO

O secretário de Estado adjunto do Ministro de Estado, Fausto Correia, alertou, no dia 14, em Coimbra, para a importância da certificação dos produtos, num quadro de competitividade dos mercados nacional e internacional.

«Portugal é o país da União Europeia com mais produtos certificados, o que demonstra a exigência de qualidade e a competitividade do mercado nacional e europeu», afirmou o governante, que presidiu sábado à inauguração da III Feira Distrital do Mel e da Castanha.

Segundo Fausto Correia, Portugal possui mais de nove dezenas de produtos

PELO PAÍS

Governança Aberta

certificados, um número que não inclui os vinhos. A Feira – que suscitou a movimentação de centenas de pessoas na Rua Ferreira Borges, na baixa de Coimbra – foi uma organização do Governo Civil e do INATEL e contou apenas com apicultores que produzem mel certificado.



«A apicultura é um factor de progresso e desenvolvimento da nossa região», referiu o secretário de Estado, realçando o «potencial de crescimento» da actividade. Durante o dia, além do mel foram vendidas castanhas, bolos, licor e aguardente de mel e o espaço foi animado por ranchos folclóricos do distrito, conferindo uma animação pouco habitual à baixa da cidade.

FINANÇAS

A despesa pública destinada à educação no orçamento de Estado para o próximo ano vai subir 13,6 por cento relativamente ao valor previsto para 2000, disse o ministro das Finanças.

Pina Moura, que falava, no dia 14, numa entrevista à TSF, salientou o facto de aquela subida representar um novo máximo para o sector da educação.

Na quinta-feira, dia 12, aquando da aprovação em Conselho de Ministros do Orçamento de Estado para 2000, o ministro tinha referido que a despesa social, nomeadamente na saúde e na educação, ia crescer acima das outras áreas, situação a subida num patamar de 10 por cento.

Pina Moura realçou que nos últimos quatro anos, a despesa pública tem sido reorientada no sentido de privilegiar a parte social.

JUSTIÇA

O ministro António Costa defendeu, no dia 12, em Lisboa, que «não bastam mais meios» para combater a morosidade da Justiça e «é preciso mudar as formas processuais» responsáveis pelo bloqueio do sistema penal, propondo cinco alterações de «consequências profundas».

O titular da pasta da Justiça falava no debate parlamentar sobre a proposta que autoriza o Governo a modificar o Código de Processo Penal (CPP), designadamente em matéria de notificação e de ausência do arguido na audiência de julgamento.

Para António Costa, «é essencial investir na simplificação processual».

A mais importante das medidas visa «eliminar a possibilidade do arguido paralisar o processo, seja porque se furta à notificação, seja porque falta à audiência em julgamento», havendo ainda a ideia de «limitar a 20 o número de testemunhas da acusação e da defesa», salvo casos excepcionais previstos na lei.

Simplificar a elaboração de despachos de pronúncia e as sentenças dos processos sumários e abreviado e o recurso à videoconferência para inquirição de testemunhas que residam fora da área do tribunal são outras medidas propostas.

PLANEAMENTO

O Governo, as associações patronais e sindicais convergiram na defesa da tese segundo a qual os aumentos dos salários reais tem de estar associados a idêntica evolução na produtividade.



«O CES reconheceu que, na década de 90, houve um crescimento desmesurado dos salários reais sem equivalência na taxa de produtividade. Isso é preocupante», salientou a ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, falando no final da sua intervenção no plenário do CES, que decorreu, no dia 13, no salão nobre do Parlamento.

O organismo destaca no parecer aprovado sexta-feira em plenário que os salários reais devem evoluir em consonância com a produtividade, ao contrário do que sucedeu na década de 90.

«Isso é positivo. A situação que vigorou até agora tem de ser ponderada e corrigida, dado que a produtividade é um dos factores principais para o aumento da competitividade», salientou Elisa Ferreira. Outra das preocupações comuns expressas pelos membros do Conselho Económico e Social (CES) e pelo Executivo respeitou aos efeitos que a actual situação do petróleo poderá ter na inflação e, consequentemente, nas metas de crescimento económico.

«Temos todos de estar preocupados com esta situação porque começamos a não saber onde isto irá parar. Tem de haver uma grande conjugação de esforços porque isto afecta toda a Europa», destacou um dos representantes do Governo no CES.

PRESIDÊNCIA

O Governo português está «atento» à introdução, noutros países, de salas de injeção assistida e de programas de substituição de seringas nas cadeias, como forma de combater a toxicod dependência. A informação foi avançada, no passado dia 12, pelo secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

Em declarações à Imprensa, no final da sessão plenária da Conferência Ministerial do Grupo Pompidou – que decorreu em Sintra – Vitalino Canas sublinhou que a eventual introdução destas medidas em Portugal não depende só do Governo e que por isso é impossível calendarizá-las.

A introdução de salas de injeção assistida e de programas de substituição de seringas nas cadeias cria «problemas educacionais e jurídicos» que têm de ser previamente resolvidos, considerou ainda Vitalino Canas, que nos últimos três anos foi o representante do Executivo português e presidente do Grupo Pompidou.

Além da resolução destes «problemas educacionais e jurídicos», a introdução destas medidas requer «um forte apoio das organizações da sociedade civil».

Em relação à situação actual da toxicod dependência em Portugal – que considerou um caso «sério» em termos de mortalidade e de contaminação de doenças infecto-contagiosas – Vitalino Canas afirmou que a melhoria passa pelo reforço dos programas de troca de seringas, pela

intensificação da criação de estruturas de apoio à higiene e saúde dos toxicod dependentes e pela multiplicação de equipas de rua.



«Actualmente, Portugal está a sofrer as consequências do pico do consumo registado há cerca de sete ou oito anos», frisou, adiantando que, em comparação com os outros países da União Europeia, em Portugal as medidas de combate à toxicod dependência foram tomadas «muito mais tarde».

Apesar de considerar a situação «séria», assegurou que os dados indicam que o consumo de droga não está a aumentar em Portugal.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 12 de Outubro

O Conselho de Ministros aprovou:

- A proposta de Lei do Orçamento do Estado para o ano 2001;
- Uma resolução que cria uma Comissão Interministerial encarregue de elaborar e apresentar ao governo os projectos de diplomas que visam regulamentar a Lei n.º 17/2000, de 8 de Junho, que aprovou as bases gerais do Sistema de Solidariedade e Segurança Social;
- Uma resolução que fixa as quantidades de acções a alienar na quarta fase do processo de privatização da EDP-Electricidade de Portugal, SA;
- Um decreto-lei que reconhece o interesse público da Escola Universitária Vasco da Gama, em Coimbra;
- Um decreto-lei que institui a Fundação para a Protecção de Gestão Ambiental das Salinas do Samouco e aprova os respectivos Estatutos;
- Um decreto-lei que autoriza a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, SA, a cunhar uma série de moedas comemorativas alusivas às «Novas Fronteiras Marítimas», respectivamente, Terra do Lavrador, Terra dos Corte-Reais, Terra Florida e Fernão de Magalhães;
- Um decreto-lei que autoriza a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, SA, a cunhar uma moeda comemorativa alusiva a D. João de Castro, com o valor facial de 1.000\$;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica da Secretaria-Geral do Ministério do Equipamento Social;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica da Secretaria-Geral do Ministério do Planeamento;
- Um decreto regulamentar que altera as escalas indicíarias das carreiras e categorias com designações específicas de serviços e organismos dependentes do Ministério da Defesa Nacional em consonância com o previsto no diploma que procedeu à revisão do regime de carreiras;
- Uma resolução que aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Santa Comba Dão, revogando a resolução do Conselho de Ministros n.º 118/95, de 2 de Novembro;
- Uma resolução que reconduz o Eng.º Fernando António Carreira da Conceição Coucelo como vogal do Conselho de Administração do Instituto do Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento e Pescas – IFADAP.

PRIVATIZAÇÃO QUARTA FASE EM MARCHA

O Conselho de Ministros deu luz verde, no dia 12, à resolução que fixa as quantidades de acções a alienar na quarta fase do processo de reprivatização da EDP- Electricidade de Portugal, SA.

A quarta fase de privatização da EDP consiste de uma Oferta Pública de Venda (OPV) no mercado nacional e de uma Venda Directa a um conjunto de instituições financeiras, que se obrigam a proceder à dispersão das acções junto de investidores institucionais nacionais e estrangeiros.

Esta resolução aprova a OPV que terá por objecto uma quantidade não inferior a 210 milhões de acções nem superior a 270 milhões de acções.

O Governo definiu ainda que as tranches da OPV poderão ser fixadas dentro dos seguintes intervalos, respeitando no seu conjunto os limites totais da OPV referidos:

- O lote destinado aos Trabalhadores da EDP terá por objecto uma quantidade não inferior a quatro milhões de acções nem superior a 26 milhões de acções;

- O segmento reservado a Pequenos Subscritores e Emigrantes terá por objecto uma quantidade não inferior a 100 milhões de acções nem superior a 230 milhões de acções;

- O segmento destinado ao Público em Geral terá por objecto uma quantidade não inferior a 30 milhões de acções nem



superior a 100 milhões de acções.

- Foi ainda reservado um lote não inferior a 10.400.000 acções nem superior a

25.600.000 acções as quais se destinam a ser entregues aos Trabalhadores da EDP e aos Pequenos Subscritores que

mantenham a titularidade das acções adquiridas no âmbito desta OPV pelo prazo de um ano contado a partir do dia da Sessão Especial de Bolsa, na proporção de uma acção para cada dez.

De acordo ainda com este diploma, o ministro das Finanças ou, em caso de delegação, o secretário de Estado do Tesouro e das Finanças deverá Ter precisado, até ao passado dia 16 de Outubro, dentro dos intervalos referidos, as quantidades exactas de acções a alienar no âmbito da oferta pública de venda, bem como a repartição das acções pelos diversos segmentos que a compõem.

O diploma definiu ainda os intermediários financeiros com os quais serão contratadas as operações de Venda Directa: BCP Investimento, Salomón Brothers International Limited, UBS Warburg, ABN AMRO Rothschild, Deutsche Bank, Goldman Sachs, Banco Espírito Santo de Investimento, Banco Português de Investimento, Banco Santander de Negócios Portugal, Caixa Banco de Investimento, Banco Finantia, Cazenove & Co, CA IB Investmenbank, Commerzbank, Credit Lyonnais, Medíoanca, Robert Fleming & Co. Limited, Sociéti Générale e WestLB Panmure.

O BCP Investimento, a Salomón Smith Barney e a UBS Warburg são os coordenadores globais da quarta fase de privatização da EDP.

CRIADA COMISSÃO INTERMINISTERIAL

O Executivo socialista decidiu criar uma Comissão Interministerial encarregue de elaborar e apresentar os projectos de diplomas que visam regulamentar a Lei n.º 17/2000, de 8 de Junho, que aprovou as bases gerais do Sistema de Solidariedade e Segurança Social.

A decisão foi tomada, no passado dia 12, durante a habitual reunião de Conselho de Ministros.

Antecipando a entrada em vigor da Lei das Bases do Sistema de Solidariedade e Segurança Social, esta comissão terá a participação dos Ministérios do Trabalho e Solidariedade, das Finanças e da Reforma do Estado e da Administração Pública.

A Comissão vai debruçar-se sobre diversas questões, com destaque especial para as de carácter impositivo, como a regulamentação do preceito que impõe a aplicação de uma parcela das cotizações em regime de capitalização pública; e a institucionalização do Conselho Nacional



de Solidariedade e Segurança Social.

Quanto às normas não imperativas a Comissão abordará a diferenciação positiva das taxas de substituição das pensões; a diversificação da base de incidência das taxas contributivas; e a regulamentação do processo que permita avaliar, nos termos da lei, a introdução de limites aos valores considerados como base de incidência contributiva.

Por fim, a entidade deverá executar revisões de efectivação progressiva:

- Legislação que regulamente a alteração do cálculo das pensões tendo em vista a progressiva consideração da totalidade da carreira contributiva;

- Legislação que enquadre a consignação de receitas fiscais ao financiamento de medidas de segurança social.

Para a prossecução desta exigente agenda de trabalhos é imperativo assegurar a participação activa dos diversos intervenientes no domínio social, com natural destaque para os parceiros sociais.

DEPUTADO HASSE FERREIRA

Sistema tributário

EQUILIBRAR IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO



Os socialistas reiteraram o seu empenhamento em travar um combate feroz à evasão fiscal. A garantia foi dada pelo deputado do GP/PS Joel Hasse Ferreira que, no dia 11, na Assembleia da República, fez a apreciação da proposta governamental e dos projectos da oposição relativos à reforma do sistema tributário sobre o rendimento. Afirmando que a «questão central na alteração do sistema de tributação do rendimento é eliminar as injustiças ainda existentes», Hasse Ferreira defendeu a necessidade de utilizar o próprio sistema fiscal como instrumento de correcção das desigualdades sociais e de redistribuição económica com vista à coesão nacional. Relativamente ao projecto do CDS/PP, em que se propõe um mínimo de isenção pessoal e familiar, ou seja, um rendimento mínimo tributável, o deputado socialista salientou o seu carácter pouco original, evocando o rendimento mínimo garantido. «O que o CDS/PP apresenta de novo é o slogan, não o conceito económico e fiscal», disse.

Quanto projecto laranja, Joel Hasse Ferreira refere que para além de uma análise quase exaustiva de aspectos considerados

importantes, o PSD não prima pela inovação no discurso, «batendo na já gasta tecla da desorçamentização».

«Já nos parece também altamente discutível o proposto aumento do IVA, pelos efeitos económicos que poderia acarretar», acrescentou.

A proposta de alteração do PCP, na formulação do código do IRS, foi apresentada pelo parlamentar como sendo «bem sistematizada», podendo vir a ser apreciadas de forma mais detalhada em sede de Comissão.

Para a iniciativa do Bloco de Esquerda, Hasse Ferreira reservou um apelo à não radicalização e a um contributo dialogado e democrático, propondo a «busca de convergência de soluções».

«Apesar de ser diverso o mérito (e o demérito) dos diferentes projectos, julgamos que poderia ser positivo que todos – e obviamente a proposta governamental – fossem viabilizados em plenário», considerou o deputado do PS, apontando desde logo para o debate previsto para meados de Novembro próximo, de onde deverá sair «um texto final, global, integrados e reformador que obtenha, senão o consenso, pelo menos a maioria dos votos» parlamentares.

MARY RODRIGUES

GP/PS

Proposta

COMPLEMENTO DE SOLIDARIEDADE

Criar um complemento monetário aos beneficiários da pensão social de velhice é o objectivo principal da proposta que a bancada parlamentar socialista apresentou, na passada quinta-feira, dia 12, à Assembleia da República.

A medida entrará em vigor em Julho, se o Orçamento de Estado de 2001 for aprovado.

O deputado do socialista João Cravinho – apresentado pela direcção do GP/PS como «o pai da ideia» deste complemento de solidariedade –, adiantou que a medida abrangerá cerca de 90 mil beneficiários da pensão social, mais de metade deles com idade superior a 75 anos.

Cravinho garantiu também que o Executivo já aceitou prever os custos inerentes à aprovação do projecto de lei para o complemento de solidariedade no próximo Orçamento de Estado, representando um custo global de sete milhões de contos.

Se o projecto de lei do PS for aprovado, os beneficiários de pensão social entre os 65 e os 70 anos terão direito a um complemento de 10 por cento do valor global da sua pensão, o que representará por mês mais 2500 escudos.

Para os que possuem mais de 70 anos, o montante do complemento a pagar pelo Estado, a partir de Julho de 2001, será de cinco contos por mês, ou seja, 20 por cento do valor global da pensão.

O parlamentar do PS salientou que a atribuição do complemento de solidariedade não fará disparar o valor de outras prestações sociais pagas pelo Estado (como o rendimento mínimo garantido) em idênticos valores percentuais.

Destaque-se que, mesmo com o complemento de solidariedade, os pensionistas de carreiras contributivas receberão sempre mais do que aqueles que nunca contribuíram ao longo da vida para a Segurança Social.

Cravinho frisou ainda que o complemento de solidariedade, apesar de apenas começar a ser pago em Julho do próximo ano, abrangerá o pagamento das prestações de férias e de Natal, num total de oito em 2001.

Todavia, o pagamento do complemento de solidariedade só poderá efectivado se o Orçamento de Estado de 2001 for aprovado na Assembleia da República.

DEPUTADO FERNANDO SERRASQUEIRO

Alienação do património do Estado

PSD QUER ALARMAR E CAPITALIZAR RECEIOS INVENTADOS



«Numa altura em que o controlo sobre as Finanças Públicas é notório e quando os organismos comunitários especializados validam as contas é

inoportuna esta iniciativa que só visa provocar alarme e capitalizar receios inventados», afirmou no dia 4, no Parlamento, Fernando Serrasqueiro.

O deputado do PS, que falava durante a discussão do projecto da bancada laranja sobre alienação do património do Estado, sustentou que «um agendamento com estas características, no preciso momento em que se discute a lei do enquadramento orçamental e onde esta matéria deveria ser incluída, só se compreende por querer mediatizar um aspecto que recorrentemente o PSD chama a si».

«Também nos surpreende que tal iniciativa seja oriunda do PSD, já que é o principal responsável por aquilo que critica, agravamento da dívida pública», acusou.

Fernando Serrasqueiro lembrou, a propósito, «que em 1991 a dívida pública era de 60 por cento do PIB e foi-se elevando ano a ano. De 62 por cento em 1992, passou a 62,7, 64,8 e 66,7 por cento. Só em 1996, já com o Governo do PS começa a descer».

PS decidido a reduzir a dívida pública

O Governo do PS, disse, «nunca escondeu que está decidido a reduzir a dívida pública, pelo que se comprometeu com metas precisas constantes do programa de estabilidade e crescimento, pelo que não se entende esta exigência neste momento e neste quadro».

Fernando Serrasqueiro referiu a terminar a sua intervenção que «o PSD já nos habituou a planos de emergência para tratar situações normais, anunciados com meses de antecedência», acrescentando estarmos perante «mais um caso típico», ou seja, «não existe doença mas o PSD quer aplicar a cura».

J. C. CASTELO BRANCO

VISITE O SITE DO PARTIDO SOCIALISTA



<http://www.ps.pt>

GP/PS

Médio Oriente

DEPUTADOS SOCIALISTAS DEFENDEM DIÁLOGO PARA RELANÇAR A PAZ

Francisco Assis, José Lamego, Manuel dos Santos e José Barros Moura são alguns dos deputados socialistas que apresentaram no dia 11 um voto sobre a crise no Médio Oriente que ameaça pôr em causa o processo de paz no Médio Oriente. No documento, apresentado pela bancada do PS, a Assembleia da República «manifesta o seu apreço pelas iniciativas desenvolvidas pelo secretário-geral da ONU na busca da paz», rejeitando «o uso da violência por parte das tropas israelitas contra as populações dos territórios de Gaza e da Cisjordânia, bem como todas as atitudes de intolerância e recusa do diálogo e as provocações que desencadearam a presente crise». Por outro lado, a Assembleia da República «considera útil e necessário o diálogo ao mais alto nível entre ambas as partes, de modo não só a conter a actual onda de violência como também a relançar a confiança no processo de paz».

Por último, a Assembleia da República «reafirma o seu apoio, na linha de acção diplomática de Portugal e da União Europeia, à criação de um Estado palestino independente».

Saudação ao povo da Sérvia

Entretanto, também no dia 11, o GP/PS apresentou um voto de saudação ao povo da Sérvia, que se revoltou em massa contra

o regime de Slobodan Milosevic e o seu governo, «impondo o respeito pela expressão da sua própria vontade nas recentes eleições presidenciais jugoslavas, contra a manipulação, a intimidação e a fraude, conquistando, assim, a sua liberdade».

O voto de saudação foi proposto, entre outros, pelos camaradas Francisco Assis, António Reis, Manuel dos Santos e José Barros Moura.

No voto de saudação, apresentado, pelo GP/PS, a Assembleia da República «regozija-se com esta conquista corajosamente alcançada e para a qual contribuiu o isolamento internacional a que foi votado o regime de Milosevic», ao mesmo tempo que «saúda o Presidente Kostunica» e «apoiar o levantamento das sanções contra a República Federativa da Jugoslávia».

Unificação alemã

Também o 10º aniversário da unificação alemã – ocorrida por pressão dos cidadãos da antiga RDA que se manifestaram nas ruas e forçaram a queda do Muro de Berlim – não passou despercebida aos deputados socialistas que apresentaram, no dia 11, um voto sobre esta matéria, no qual a Assembleia da República «saúda o povo da República Federal da Alemanha e faz votos pelo reforço da paz e da democracia em toda a Europa».

J. C. C. B.

DELIBERAÇÃO

Amália Rodrigues

DIVA DO FADO SERÁ LEVADA PARA O PANTEÃO NACIONAL

A Assembleia da República (AR) deliberou, no passado dia 12, sobre a trasladação dos restos mortais da fadista Amália Rodrigues do Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, para o Panteão Nacional.

Na sequência de um pedido do Presidente da República, Jorge Sampaio, para que a AR analisasse a hipótese de trasladação dos restos mortais de Amália para o Panteão, surgiu a proposta do presidente do Parlamento, Almeida Santos, que foi aprovada, porquanto mereceu a concordância da Conferência de Líderes. Todavia, a iniciativa de Sampaio e Almeida Santos não mereceu acolhimento unânime entre os amigos da fadista e entre alguns populares que afluem aos Prazeres.

Muitos falam do Panteão como de um prémio de consolação, que até inibe a devoção popular.

Os restos mortais da fadista repousam num gavetão municipal do Cemitério dos Prazeres.

Um abaixo-assinado deu entrada na AR

para que o corpo de Amália viesse a ocupar um espaço digno da sua memória. A primeira hipótese colocada foi a trasladação para o Mosteiro dos Jerónimos, mas verificou-se depois que legalmente tal não era possível, pois desde 1966 que só o Panteão está reservado a grandes figuras nacionais.

Surgiu assim, em alternativa, a ideia da trasladação dos restos mortais de Amália para o Panteão Nacional de Santa Engrácia.

A proposta de Sampaio secundada por Almeida Santos reuniu o consenso das bancadas parlamentares, mas os deputados votaram a lei que altera o actual regime de honras de sepultamento no Panteão.

A lei em vigor estabelece um período de cinco anos até que os restos mortais possam vir a repousar no Panteão.

Amália Rodrigues faleceu em Lisboa a 6 de Outubro de 1999. A trasladação dos restos mortais está prevista para a Primavera de 2001.

CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES

Despenalização

LEI DA DROGA TEVE APROVAÇÃO DEFINITIVA

A nova lei para a despenalização do consumo de drogas leves foi aprovada em definitivo, hoje, com os votos favoráveis do PS, PCR, Bloco de Esquerda e «Os Verdes». O diploma do Governo, que integra as principais exigências do PCP – como a limitação de coimas para todos os cidadãos toxicodependentes –, fora alvo de uma votação na generalidade, no passado dia 6 de Julho, mas por falta de consulta às assembleias legislativas regionais da Madeira e dos Açores acabou por ser vetada pelo Presidente da República.

A proposta governamental foi discutida na generalidade, pela segunda vez, ontem, mas o posicionamento das diferentes bancadas em relação ao diploma não se alterou.

Ou seja, socialistas, comunistas, bloquistas e ecologistas defendem a despenalização do consumo de drogas leves, perante a oposição de sociais-democratas e populares.

Reflexo deste cerrar de fileiras entre as forças políticas de esquerda é o facto de na última conferência de líderes, o CDS-PP e o PSD terem tentado juntar à agenda do debate de ontem a discussão de um projecto de resolução para um referendo sobre a despenalização das drogas leves.



Essa ideia, porém, foi rejeitada pelos representantes do PS, PCP e Bloco de Esquerda.

GP/PS

Juventude

MEDIDAS DE COMBATE A FACTORES DE RISCO

Os deputados da juventude socialistas Mafalda Trocho, João Sequeira e Ana Catarina Mendonça apresentaram, no dia 12, um projecto para combater factores de risco na juventude, numa sessão realizada no Parlamento que contou com a participação de diversos especialistas. Esta iniciativa pretende colocar a Assembleia da República no centro de um amplo debate aberto à sociedade, em torno de quatro grandes áreas definidas como de risco para a adolescência e juventude, e preparar um livro verde no qual constem o diagnóstico e as soluções, avaliando as necessidades para a sua implementação.

De acordo com os autores do projecto de resolução, os factores de risco expressam-se nas áreas dos distúrbios alimentares, mortalidade por causas

externas, consumo de álcool, tabaco e outras substâncias e problemas de saúde mental.

São factores, defendem os proponentes do projecto, que exigem uma resposta adequada por parte dos poderes públicos e da sociedade, tanto mais que, acrescentam, são estes grupos etários que se encontram mais sensíveis à nova dinâmica social que resulta da maior mobilidade e de uma sociedade mais aberta.

Durante a apresentação do projecto, o secretário de Estado para os Assuntos Parlamentares, José Magalhães, considerou que o mesmo é «uma tentativa de desencadear um processo de estudo e de avaliação, aberta a quem quiser colaborar», numa referência às restantes bancadas parlamentares.

GUTERRES REJEITA PERDA DE COMISSÁRIO EUROPEU POR PORTUGAL

Os líderes dos Quinze confirmaram no dia 13, na cimeira europeia de Biarritz, a existência de divergências entre «grandes» e «pequenos» Estados sobre a partilha do poder comunitário, tendo António Guterres rejeitado a perda do comissário europeu por qualquer país.

O primeiro-ministro português defendeu, na reunião magna da União Europeia (UE), que «é politicamente impossível abdicar de um comissário europeu por Estado-membro» e que «qualquer reestruturação deverá assegurar absoluta igualdade entre países», independentemente da sua dimensão ou população.

A menos de dois meses da data limite para tomarem uma decisão, os chefes de Estado e de Governo da UE tentaram aproximar as suas posições sobre a reforma das instituições dos Quinze, na perspectiva do alargamento da União a mais de uma dezena de países, na sua maioria do Leste europeu.

A ausência de um compromisso até à Cimeira da UE de Nice, de 7 a 9 de Dezembro, e que marca o fim da presidência francesa em exercício da UE, poderá comprometer o calendário previsto para as adesões de novos Estados à «família comunitária».

O alargamento da UE a dez países da Europa Central e de Leste e às ilhas mediterrâneas de Chipre e Malta será gradual e deverá iniciar-se a partir de 2003.

A Conferência Intergovernamental sobre a reforma das instituições comunitárias iniciou-se em Fevereiro de 2000, durante a presidência portuguesa dos Quinze.

A atribuição no futuro de mais votos aos Estados-membros de maior dimensão, que ao longo dos anos têm perdido poder de influência na sequência de adesões de vários países de pequena e média dimensão, também divide os Quinze.

Os grandes querem uma reponderação importante a seu favor, enquanto os pequenos, como Portugal, defendem um aumento «ligeiro».

No que diz respeito à diminuição das matérias que actualmente são aprovadas por unanimidade, o chefe da diplomacia portuguesa, Jaime Gama, confirmou que «há já consenso para acrescentar cerca de 50 novos pontos que (no futuro) poderão ser objecto de decisão por maioria qualificada».

Decisões comunitárias nas áreas da segurança social e da fiscalidade contam-se entre as áreas que poderão passar a ser aprovadas por maioria em vez de por unanimidade, como acontece actualmente. A possibilidade de um grupo de países avançar mais depressa que outros com a execução de certas políticas (cooperações reforçadas) também não deverá levantar grandes problemas até à sua aprovação final em Nice.



Portugal foi um dos Estados-membros de pequena ou média dimensão que em Biarritz se recusou a aceitar a possibilidade de não ter, de uma forma permanente, um comissário europeu em Bruxelas.

No final da Cimeira Europeia, o primeiro-ministro, António Guterres, afirmou que Portugal «não abdicará» do princípio da igualdade entre Estados-membros e não aceita a possibilidade de «hierarquização» de comissários europeus.

A questão do número de comissários que cada Estado-membro vai ter e a reponderação de votos no Conselho de Ministros dos Quinze animou os debates da reunião.

O Presidente francês, Jacques Chirac, fez um «ataque frontal» aos Estados-membros de menor dimensão.

Os cinco «grandes» Estados-membros (França, Reino Unido, Alemanha, Itália e Espanha) querem que no futuro, por questões de eficácia, a Comissão Europeia tenha um número fixo de Comissários, inferior ao número de Estados-membros que poderão ser mais de 25 com as próximas adesões.

Todo este debate é feito no quadro da Conferência Intergovernamental (CIG) sobre a reforma das instituições comunitárias cujo sucesso é necessário para o alargamento da União aos novos países a partir de 2003.

Uma decisão final sobre estas questões terá de ser tomada na Cimeira na Cimeira de Nice, 7 a 9 de Dezembro, que vai marcar o fim da presidência francesa da UE.

Por outro lado, os «grandes» fazem depender a abdicção de um dos dois comissários que têm actualmente de uma reponderação importante a seu favor no sistema de votação do Conselho de Ministros dos Quinze.

António Guterres mostrou-se aberto à possibilidade de se conceder apenas um aumento «ligeiro» aos «grandes», embora tenha defendido a sua preferência por um sistema de dupla-maioria (número de países e população) na aprovação de decisões.

Quinze decidem ajuda de 40 milhões à Jugoslávia

Os chefes de Estado e de Governo reunidos em Biarritz decidiram o envio de 200 milhões de euros (40 milhões de contos) à Jugoslávia para as primeiras necessidades da população durante o próximo Inverno.

O dinheiro estará disponível de imediato para as autoridades de Belgrado, dispondo a União Europeia (UE) de uma margem orçamental suficiente para cobrir situações deste tipo.

A UE aprovou um orçamento global para os Balcãs durante este ano que ascende aos 542 milhões de euros (108,4 milhões de contos), a que serão acrescentados estes 40 milhões de contos de ajuda urgente destinados nomeadamente à alimentação, ao combustível para o aquecimento (energia) e sistema educativo.

O dinheiro disponível na União Europeia é para «situações de emergência, como é esta situação», afirmou em Biarritz o porta-voz de Romano Prodi, que reconheceu uma mudança de estratégia de Bruxelas para os Balcãs.

Do total de 542 milhões de euros (108,4 milhões de contos) de ajuda da UE aos Balcãs durante este ano, 310 milhões de euros (62 milhões de contos) têm como destino o Kosovo e 203 milhões de euros (40,6) a programas nacionais nos países da região.

A actual proposta da Comissão Europeia para 2001 em matéria de cooperação com os Balcãs ascende a 815 milhões de euros (163 milhões de contos), dos quais 350 milhões de euros (70 milhões de contos) se destinarão ao Kosovo, 335 (67 milhões de contos) para programas nacionais, 80 (16 milhões de contos) para planos de cooperação regional e 75 milhões de euros (15 milhões de contos) para programas de apoio macroeconómico.

A Comissão Europeia pretende ainda mobilizar outros 40 milhões de euros (oito milhões de contos) para a Jugoslávia, uma verba que se destina à «democratização» da Sérvia, de acordo com o projecto das contas para o próximo ano.

QUINZE AFASTAM UTILIZAÇÃO DE RESERVAS DE PETRÓLEO

O primeiro-ministro francês, Lionel Jospin, afastou no dia 13 a possibilidade de os Quinze utilizarem, a «curto prazo», as suas reservas estratégicas de petróleo para reduzir os preços do crude nos mercados internacionais.

Os Estados-membros não consideram que as reservas estratégicas, destinadas a garantir o abastecimento de petróleo em situações de crise, «devam ser utilizadas para influenciar os preços», afirmou Jospin, aludindo a uma medida semelhante executada há algumas semanas pelos Estados Unidos.

Esta questão fez parte do encontro dos líderes dos Quinze Realizado em Biarritz, em que os Estados-membros comprovaram que a crise no Médio Oriente pode ter repercussões nas cotações internacionais do petróleo.

A linha de actuação defendida pela União Europeia (UE) consiste em apoiar o diálogo com os países produtores de crude, mais do que em recorrer às reservas estratégicas, propondo que estes alcancem um compromisso para alcançar preços «estáveis e razoáveis», sustentou Lionel Jospin.

De acordo com o primeiro-ministro francês, este será o mote do diálogo que os Quinze terão com os países produtores, em Novembro, em Riad (Arábia Saudita), num encontro em que pretendem alcançar um compromisso que se traduza na defesa dos dois lados (países produtores e consumidores).

A posição da UE sobre esta matéria surge numa altura em que a cotação do crude ultrapassou os 35 dólares por barril, em consequência do conflito israelo-



palestino. A possibilidade da celebração de acordos de abastecimento de petróleo e gás natural com a Rússia foi outra das questões abordadas pelos Quinze, um tipo de compromisso que será estudado numa perspectiva de cooperação mais ampla entre a UE e Moscovo.

Médio Oriente

O chefe de Estado francês e presidente em exercício da União Europeia, Jacques Chirac, afirmou que os Quinze farão tudo no sentido de «contribuir para o fim da violência» e o reanúncio das conversações no Médio Oriente.

Em conferência de Imprensa, Jacques Chirac sublinhou o empenho dos Quinze no «recomeço das conversações» e na realização de uma cimeira, «em Charm el Cheikh (Egipto) ou noutro sítio», para recuperar o moribundo processo de paz israelo-palestino.

Falando em nome dos Quinze Estados membros, Chirac garantiu ainda que a União Europeia (UE) «está à disposição dos seus parceiros» para «participar com todos os meios possíveis» na busca da paz no Médio Oriente.

«Sejam quais forem os problemas políticos que possam ser levantados, tudo deve ser feito para retomar o diálogo», já que, «se há uma esperança de diálogo, tudo deve

ser feito para o realizar», insistiu.

«Não temos nenhuma condição prévia a apresentar», explicou o presidente em exercício da União, sublinhando que a «a Europa foi sempre um elemento de moderação, compreensão, boa-vontade, diálogo e paz».

Chirac lamentou, por isso, que a Europa não tenha sido até aqui «verdadeiramente associada» ao processo de paz no Médio Oriente (que conta, essencialmente, com a mediação diplomática dos Estados Unidos).

«Interviremos amigavelmente junto de uns e de outros para facilitar o processo e, se a nossa presença for solicitada, estaremos presentes», disse Chirac, explicando, não obstante, que os Quinze «não querem complicar as coisas».

Numa declaração subscrita também pelos Quinze chefes de Estado e de Governo, a UE apela ainda a israelitas e palestinos para que retomem «urgentemente» e «com um espírito construtivo» o diálogo numa cimeira.

«É imperativo que cada um dê mostras de valentia política e de responsabilidade para que a razão vença o medo, o ódio e o extremismo antes que se atinja o ponto de não retorno», apelam os Quinze na declaração conjunta.

O alto-representante da UE para a Política Externa e de Segurança Comum, Javier Solana foi, entretanto, instruído pelos Quinze para retomar a missão diplomática que recentemente realizou ao Médio Oriente.

Na conferência de Imprensa, Solana manifestou esperança no bom êxito dos esforços em curso para a realização de uma cimeira entre israelitas e palestinos.

COMISSÃO EUROPEIA VAI APRESENTAR UM NOVO PROJECTO DE DIRECTIVA

A Comissão Europeia vai apresentar um novo projecto de directiva sobre a proibição da publicidade ao tabaco, após a decisão do Tribunal de Justiça Europeu de anular a legislação adoptada em 1998.

«Estou determinado a apresentar novas medidas, tendo em conta a sentença do Tribunal», anunciou o comissário para a Saúde, David Byrne.

Acrescentou que o seu objectivo continua a ser «atacar os efeitos perniciosos do tabaco, particularmente para as crianças e os jovens, que estão entre os principais

alvos das tabaqueiras», lembrando que «500 mil pessoas morrem cada ano (na Europa)» por causa do tabaco.

O Tribunal de Justiça Europeu anulou a directiva europeia de 1998 sobre a interdição da publicidade, invocando como primeiro motivo que o legislador não tinha competência para a adoptar.

O Conselho dos Ministros da União Europeia (UE) e o Parlamento Europeu tinham apresentado a directiva como uma legislação visando facilitar a realização do mercado interno, quando estava, na realidade, destinada a proteger a saúde

pública, considerou o Tribunal.

O Tribunal considerou que o legislador tinha cometido um erro, ao preconizar uma interdição global da publicidade sobre os produtos de tabaco, quando interdições parciais teriam sido aceitáveis.

É nesta base que a Comissão apresentará, numa data ainda por determinar, um novo projecto, que deverá preconizar a interdição da publicidade para os produtos do tabaco em determinados suportes, tais como a imprensa escrita, indicou M. Byrne. Em Genebra, a Organização Mundial da Saúde (OMS), que está na iminência de

iniciar negociações para elaborar a futura convenção sobre a luta antitabaco, lamentou a anulação da legislação comunitária.

Num comunicado, Gro Harlem Brundtland, directora geral da OMS, considerou essencial que os 191 Estados-membros da OMS incluam a interdição na futura Convenção.

Recomenda, por outro lado, que os membros da União Europeia reforcem as legislações respectivas sobre o controlo do tabaco e propõe um novo projecto de directiva respeitando a decisão do Tribunal de Justiça Europeu.

MODERNIZAR AS FORÇAS ARMADAS

O Presidente da República declarou, no dia 12, em Lisboa, que a reforma das Forças Armadas exige do Parlamento «clareza na actualização» dos conceitos teóricos e, do Governo, «firmeza na condução das políticas de reestruturação e redimensionamento».

Jorge Sampaio discursava na cerimónia de posse do novo chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Alvarenga Sousa Santos, de quem disse esperar – perante as principais autoridades políticas, judiciais e militares do Estado – «que cumprirá, com distinção, as missões que lhe estão confiadas».

O Comandante Supremo afirmou que a reforma das Forças Armadas exige também «empenho na dignificação realista das carreiras militares» e «a continuação de um espírito de unidade na instituição militar».

«É prioritário – enfatizou o chefe de Estado – completar os processos de modernização qualitativa e de profissionalização das Forças Armadas» (iniciados em 1990).

Sampaio sublinhou que a modernização das Forças Armadas «é uma tarefa essencial e incontornável» que «não pode



ser dissociada das opções a tomar no sentido da necessária reconfiguração e racionalização do sistema de forças nem das indispensáveis acções de reestruturação e redimensionamento».

O «sucesso» da reforma das Forças Armadas, acrescentou, também depende do «desejável equilíbrio que, permanentemente, se consiga obter entre a eficácia, o redimensionamento, a

optimização dos recursos criteriosamente disponíveis» e, ainda, «a dignificação da condição militar».

Mas, reafirmou Sampaio, «muito dependerá de um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, o que releva da função político-legislativa» (da responsabilidade da Assembleia da República).

«Não se trata de literatura, mas sim de opções e de prioridades», frisou o Presidente da República, a partir das quais «podemos chegar (...) a um Conceito Estratégico Militar realista e eficaz, e também à enumeração das missões das Forças Armadas no novo contexto e dos sistemas de forças a constituir», bem como «ao modo de assegurar o seu estado de prontidão».

Depois de evocar a participação das Forças Armadas em missões humanitárias e de paz no estrangeiro (Angola, Moçambique, Bósnia, Kosovo e Timor-Leste) ao longo da última década, o chefe de Estado defendeu que «é indispensável garantir uma maior capacidade» à instituição militar. «Mas sem esquecermos, como elemento de necessária ponderação, o País que somos», observou.

METADE DAS EMPRESAS NÃO PAGAM IMPOSTOS

O sistema fiscal em Portugal «está doente» e «temos que alterar isto em poucos anos», afirmou o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais na apresentação da proposta governamental de Reforma Fiscal. Ricardo Sá Fernandes referia-se nomeadamente ao facto de o trabalho dependente e as pensões «arcarem com quase 90 por cento das receitas de IRS». Referindo um estudo elaborado em 1997, o secretário de Estado adiantou ainda que o potencial fiscal era de 8.045 milhões de contos, enquanto a cobrança realizada foi de 6.114 milhões de contos, ou seja, a receita por cobrar atinge os 24 por cento. «24 por cento da economia portuguesa está seguramente fora de tributação, é uma economia paralela e poderá até ser superior a estes números», destacou, sublinhando que o «desafio da reforma fiscal é integrar parte disto na fiscalidade». Apesar de reconhecer que «não são precisos muitos indicadores para perceber a questão», Ricardo Sá Fernandes apresentou dados «esmagadores»: «Em 1998, 30 por cento da receita de IRC era



suportada por cinco contribuintes, quase todas de capitais públicos e em vias de privatização».

Nesse ano também, 34 por cento das empresas apresentaram prejuízos e 14 por cento estavam inactivas, ou seja, 50 por

cento das empresas não pagam impostos, sublinhou.

«É uma situação grave, que precisa de ser alterada em termos radicais e firmes», salientou, adiantando que «não são só os ricos que fogem aos impostos».

Para sustentar esta opinião, apresentou dados relativos às 123 mil empresas portuguesas com volumes de negócios até 30 mil contos, cujos lucros apresentados totalizam 57,8 milhões de contos e os prejuízos 159,9 milhões de contos, o que perfaz prejuízos conjuntos de 102,1 milhões de contos, «o que é evidente, não pode ser verdade», afirmou.

Para Ricardo Sá Fernandes, o «desafio é enorme e o Governo encara este desafio, com tanta seriedade e confiança que à cabeça, diz que o esforço de renovação parte da redução das taxas de IRC», sendo uma «das apostas mais importantes e mais decisivas o regime de tributação simplificada».

Segundo as previsões do Governo, este regime trará para o sistema mais 60 a 70 milhões de contos em receitas fiscais, já no exercício de 2001.

PERFIL DE PORTUGAL EM MADRID

A cidade de Madrid acolhe, até ao próximo dia 31, uma forte presença portuguesa no âmbito da iniciativa «Perfil de Portugal - Uma aposta de futuro», destinada a promover a imagem do País junto da opinião pública espanhola.

Organizado pelo ICEP, o programa compreende acções diversas nas áreas da cultura, desporto, economia, moda, turismo e gastronomia, e foi oficialmente inaugurado terça-feira, dia 17, pelo primeiro-ministro, António Guterres, que chegou no dia 16 à capital espanhola. O encerramento contará com a presença do Presidente da República, Jorge Sampaio.

Nos restantes dias passará pela cidade uma importante representação governamental portuguesa, entre ministros e secretários de Estado. A vertente cultural ocupa lugar de destaque nesta iniciativa de «grande alcance», através de um leque de eventos nos domínios do cinema, literatura, música, bailado, arquitectura e história.

Nas próximas duas semanas passarão por Madrid escritores como José Saramago, Agustina-Bessa Luís, Lídia Jorge, Manuel Alegre e Almeida Faria, grupos musicais como os Madredeus ou a Ala dos Namorados, cantores como Dulce Pontes e Rui Veloso.

A arquitectura far-se-á representar por Alvaro Siza Vieira e Eduardo Souto Moura e no plano dos espectáculos acrescentam as actuações da Companhia Nacional de Bailado, Quinteto Lusitânia, Orquestra Gulbenkian, Elizabete Matos e Jorge Vaz



«Porto 2001-Capital Europeia da Cultura» ou «Euro 2004».

Durante o mesmo período estarão patentes em vários locais da cidade exposições portuguesas de teor artístico e literário e serão postos a venda cinco mil livros portugueses, a propósito de uma iniciativa paralela que pretende estimular entre os espanhóis a leitura na língua de Camões.

A maior iniciativa jamais feita sobre o País

No dia do arranque desta iniciativa o chefe do Executivo português classificou o «Perfil de Portugal» como «a maior acção alguma vez empreendida pelo País em Espanha». Em declarações aos jornalistas na inauguração do módulo de Portugal, estrutura circular localizada na Plaza de Espanha, Guterres sublinhou que um dos méritos deste evento consiste no aprofundar de conhecimento e das relações entre portugueses e espanhóis. Rodeado por uma multidão de jornalistas, o primeiro-ministro referiu-se ainda à importância de «divulgar no estrangeiro uma imagem porventura completamente desconhecida do Portugal moderno e criativo».

Por outro lado, aludiu a «todas as oportunidades que a Espanha representa para Portugal» saudando o acolhimento dos espanhóis a este programa de divulgação.

PRESTAÇÕES SOCIAIS EM 98 ASCENDERAM A 60 MILHÕES DE CONTOS

As prestações concedidas para pobreza e exclusão social em 1998 atingiram perto de 60 milhões de contos, o que representa um aumento de 88 por cento face ao ano anterior.

De acordo com estatísticas do INE, divulgadas no dia 16, véspera do Dia Mundial para a Erradicação da Pobreza e dos Sem-Abriço, o combate à exclusão social registou a maior subida entre as prestações asseguradas pela Segurança Social, mais do que a família ou a velhice. Segundo o gráfico do INE relativo à evolução das prestações sociais para Pobreza e Exclusão Social, a maior subida registou-se entre 1995 (com pouco mais de 10 mil milhões de escudos despendidos) e 1998 (59.803 milhões de escudos).

Entre 1990 e 1995, o crescimento foi muito lento, com valores absolutos a variarem entre cerca de cinco milhões de escudos

e pouco mais de 10 milhões, respectivamente.

Já em 1997 se verificara uma subida no montante despendido em prestações sociais, com um total de 31.848 milhões de escudos, o que configurou um aumento de 57,6 por cento face a 1996.

De acordo com o INE, a tendência deveu-se, designadamente, ao alargamento da aplicação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) - introduzido pela Segurança Social em Junho de 1997 -, um apoio financeiro tendente a assegurar a satisfação das necessidades mínimas.

Em 1998, o RMG atingiu os 36.878 milhões de escudos, o que corresponde a 78 por cento do montante total canalizado pelos regimes de Protecção Social do Sector Privado (Segurança Social), contra os 49 por cento que representou em 1997.

Saúde (invalidez e doença), Velhice e Sobrevivência, e Família, são, respectivamente, as áreas que secundam

a Exclusão Social e Pobreza em termos de crescimento.

Em termos globais, o crescimento de prestações sociais em 1998 foi de 10,8 por cento, num montante de 3.920.109 milhões de escudos despendidos, contra um crescimento de 9,3 por cento em 1997, em que o montante gasto atingiu os 3.539.124 milhões de escudos.

Relativamente às restantes medidas financiadas pelos regimes de Protecção Social do Sector Privado (Segurança Social) foram ainda gastos, em 1998, 5.381 milhões de escudos na luta contra a pobreza, 1.292 milhões de escudos em acções de apoio à toxicod dependência, 1.762 milhões de escudos em subsídios eventuais a famílias em situação de carência económica, e 1.988 milhões de escudos nas áreas de apoio domiciliário, acções comunitárias, apoio a desalojados entre outros, segundo referem os dados do INE.

As prestações sociais não se limitam porém às atribuídas no âmbito da segurança social (que ocupa 79 por cento do total da estrutura), abrangendo ainda outros regimes (20 por cento) e os regimes da função pública (um por cento).

Assim, os regimes da função pública, concederam em 1998 um total de 304 milhões de escudos em prestações de protecção social, bem como os dos restantes regimes, que totalizaram 12.198 milhões de escudos.

Subsídios a famílias em situação de carência social, auxílios a sem-abriço, donativos, são alguns dos tipos de prestações sociais incluídas nos outros regimes que são concedidas pelas entidades patronais.

Bens e serviços prestados por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), como refeitórios e albergues nocturnos, incluem-se igualmente nas prestações sociais atribuídas por outros regimes.



Albufeira

Inscrições para arrendamento social

A Câmara Municipal de Albufeira informa, num comunicado, que estão abertas inscrições para arrendamento de habitação municipal, na Quinta da Palmeira, na Freguesia de Albufeira.

Os interessados deverão dirigir-se aos serviços de Habitação da Câmara, na Rua Henrique Calado, das 9 e 30 às 12 horas e das 14 e 30 às 16 horas.

Amarante

Prémio Teixeira de Pascoaes

É já no próximo dia 4 de Novembro que decorrerá a atribuição do Prémio Literário Teixeira de Pascoaes.



De periodicidade bianual, o Prémio foi instituído em 1977 no âmbito do 120º aniversário do poeta, realizando-se este ano a 2ª edição, à qual concorrem 123 autores com 146 títulos.

O Prémio Teixeira de Pascoaes tem o valor pecuniário de um milhão de escudos.

Cascais

(P)asseio Canino contra os dejectos

A Câmara Municipal de Cascais e o Clube Português de Canicultura apresentaram, no dia 11, no jardim Visconde da Luz, um conjunto de iniciativas inseridas na operação (P)asseio Canino.

Esta iniciativa pretende sensibilizar os donos dos cães para a remoção de dejectos caninos e a sua colocação nos 130 dispositivos de recolha.

Nunca é de mais lembrar que os dejectos caninos são responsáveis pela transmissão de diversas doenças que podem afectar, em especial, as crianças.

Coimbra

Edifício municipal acolhe associações e Oficina do Idoso

A Câmara de Coimbra investiu cerca de 64

mil contos na recuperação de um edifício da Baixa que vai acolher a Oficina do Idoso e a Casa Municipal da Vida Associativa. O imóvel de dois pisos, situado na Rua João Cabreira, restaurado e adaptado ao abrigo do Programa de Reabilitação Urbana (PRU), foi inaugurado no passado dia 5, no âmbito das comemorações municipais do 90º aniversário da implantação da República.

Além do centro de apoio a idosos, que funcionará na dependência da Associação Nacional de Apoio ao Idoso (ANAI), o prédio passa a albergar, também, nove associações culturais que não dispõem de sede própria.



Neste espaço, designado Casa da Vida Associativa, instalaram-se o Movimento Artístico de Coimbra, a Cooperativa de Ensino e Arte-Escola Afro Brasileira, Coro dos Pequenos Cantores, Mondeguinas - Tuna Feminina da Universidade, Coral Polifónico de Coimbra, Associação Ad Libitum, Associação Cultural de Amigos Goa, Damão e Diu, Projecto BUH e Associação de Defesa e Desenvolvimento da Alta (ADDAC).

Estas associações contempladas e a ANAI celebraram com a autarquia os respectivos contratos de comodato, na sessão solene comemorativa dos 90 anos da implantação da República.

A Oficina do Idoso visa «proporcionar aos idosos que vivem e frequentam a zona do PRU (a Baixa) a possibilidade de aplicar útilmente os seus saberes pessoais e profissionais acumulados ao longo da vida».

Construção de um teatro-estúdio

O presidente da Câmara, Manuel Machado, assinou mais dois protocolos: um com o Grupo Amador de Teatro de Taveiro – para a cedência de um terreno para construção de um teatro-estúdio –, outro com a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – para cooperação na realização de estágios de alunos da licenciatura de Geografia. «É assim que sentimos o legado do 5 de Outubro e da República», afirmou Manuel Machado.

O programa comemorativo incluiu o descerramento, numa avenida de Lordemão, duma placa toponímica evocativa do médico José Sousa Fernandes, recentemente falecido, que foi dirigente da ANAI e da Liga dos Amigos

dos Hospitais da Universidade (LAHUC). A comitiva camarária e convidados deslocaram-se, ainda, ao cemitério dos Olivais, para depor flores no túmulo de José Falcão, e à Rua António José de Almeida, junto de cujo busto foram igualmente colocadas flores.

Fafe

Exposição sobre instrumentos musicais

Encontra-se patente ao público, na biblioteca municipal Calouste Gulbenkian, até ao final deste mês, a exposição «Engenhos Sonoros».



Trata-se de uma mostra sobre instrumentos musicais, da autoria de Gerhard Doderer e com edição de Cristina Almeida, que é constituída por 18 painéis com a dimensão de 100 x 70 cmm

Montijo

I Encontro Nacional de Molinologia

Com o apoio e patrocínio da Câmara Municipal do Montijo, decorreu de 13 a 15 de Outubro, no auditório da galeria municipal, o I Encontro Nacional de Molinologia.

Ao longo dos três dias do Encontro todos aqueles que se interessam e se dedicam ao estudo dos moinhos tiveram oportunidade para discutir projectos e metodologias e proceder a um balanço do trabalho que tem vindo a ser realizado em Portugal e Espanha.

De salientar que o património molinológico português é, reconhecidamente, um dos mais diversificados da Europa.

Santo Tirso

Câmara assinala Dia Mundial da Alimentação

No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Alimentação, a Câmara Municipal de Santo Tirso levou a efeito no passado dia 16 um conjunto de acções com o objectivo de sensibilizar os jovens para a prática de novos hábitos e comportamentos alimentares mais

equilibrados.

A distribuição de toalhetes alusivos à data pelas cantinas das escolas do concelho, apelando para as práticas alimentares mais equilibradas e lançando algumas sugestões para que a alimentação seja mais saudável e a realização de dois colóquios subordinados ao tema «Hábitos e comportamentos alimentares em adolescentes», que tiveram como conferencista Victor Hugo, foram as iniciativas organizadas pelo município de Santo Tirso.



«Fast-food» e globalização

Numa altura em que se assiste a uma verdadeira invasão da «fast-food» made in USA, iniciativas deste género assumem uma particular importância. É que a «fast-food» é apenas uma das faces da globalização à americana.

Vila Franca de Xira

Orientações musicais para crianças

«Orientações musicais para crianças» é o nome da iniciativa da Câmara de Vila Franca de Xira que decorreu no passado sábado no Palácio da Quinta da Piedade, na Póvoa de Santa Iria.



Esta iniciativa, integrada no âmbito do programa «O Palácio para os Pequenininhos», tem lugar todos os sábados, até 18 de Novembro.

Na semana passada o *workshop* musical teve como público-alvo bebés até 24 meses e teve por objectivo demonstrar possibilidades de ligação musical com bebés.

PS EM MOVIMENTO

AMADORA

Comunicado da JS

Num comunicado, o coordenador da Comissão Política Concelhia da JS da Amadora, camarada Ricardo Faria, manifesta o seu mais profundo consternamento pela morte, no dia 16, do camarada Carlos Alberto Cumbre Tavares, secretário-coordenador da Secção da Damaia e militante de longa data do PS e vereador da Câmara Municipal da Amadora.



BRAGA

Joaquim Barreto vence eleições

A lista afecta ao presidente eleito da Federação de Braga do PS, Joaquim Barreto, venceu a eleição para a Comissão Política, conseguindo 254 votos e 49 mandatos, contra 115 e 22 mandatos de José Ribeiro.

O novo presidente da Federação conseguiu também um reforço da votação que obteve nas eleições para o órgão distrital, ao obter 69 por cento dos votos, quando tinha tido 58 por cento na votação anterior.

O Congresso distrital do PS decorreu no Parque de Exposições de Braga e teve a participação de 403 delegados, quer eleitos por voto directo dos militantes quer por inerência estatutária.

A lista para a Comissão Política afecta a Joaquim Barreto foi encabeçada pelo autarca de Braga, Mesquita Machado, e logo seguida pelo de Guimarães, António Magalhães.

A lista de José Ribeiro tinha como número dois o presidente da Comissão Administrativa do Município de Vizela, Francisco Ferreira.

Na votação para o Conselho de Jurisdição e da Comissão de Fiscalização Económica os resultados foram idênticos, tendo os dois órgãos estatutários passado a ser dirigidos por José Lopes e Domingos Azevedo, respectivamente.

O presidente da Federação considerou que «a votação demonstra a existência de um grande consenso no seio do PS de Braga» e adiantou que tentará alargar a unidade do partido aos restantes militantes que apoiaram José Ribeiro, em especial às secções concelhias que suportam a oposição (Fafe, Vizela, Barcelos e Vila Verde).

Disse que «os socialistas de Braga vão iniciar, tal como sucedeu recentemente com o Governo, um novo ciclo político, de algum inconformismo», e adiantou que dará toda a colaboração aos órgãos nacionais, lembrando que a Federação de Braga é a terceira do país e que «deve ser tratada como tal».

O líder da oposição interna, José Ribeiro, de Fafe, declarou que os 31 por cento de votos que obteve estavam «dentro das previsões», até porque não tinha apresentado listas para delegados ao Congresso em várias secções concelhias.

«Sinceramente continuo a não acreditar que Joaquim Barreto consiga quebrar a má actuação do seu antecessor e, sobretudo, que consiga agir de forma autónoma», afirmou. Para José Ribeiro, «a postura de Joaquim Barreto tem sido, até agora, a de dar pequenos passos dentro do partido, mas numa lógica de puro aparelho».

CACILHAS

Homenagem aos militantes históricos

A Secção do PS/Cacilhas vai homenagear os militantes da estrutura que completam 25 anos de filiação.

Esta homenagem decorrerá no decurso de um jantar, no dia 20, pelas 20.30 horas, no restaurante «A Toca».

O preço por pessoa é de 2500 escudos, e será convidado da Secção o secretário de Estado dos Recursos Humanos e Modernização da Saúde, Nélson Baltazar.

Estão confirmadas as presenças dos camaradas Alberto Antunes e Paulo Pedroso.



ÉVORA

X Congresso da Federação

O X Congresso da Federação do PS/Évora fez um balanço extremamente positivo do mandato da Comissão Política distrital, tendo aprovado, por unanimidade, o relatório de actividades, bem com os relatórios da Comissão Federativa de Jurisdição, e da Comissão Federativa de Fiscalização Económica e Financeira.

Foi aprovada, por unanimidade e aclamação, a única moção de política geral apresentada ao Congresso com o título «Évora, 14 concelhos com futuro», que teve como primeiro subscritor o camarada Henrique Troncho, presidente reeleito da Federação de Évora.

A moção, que reflecte a evolução positiva que o PS tem vindo a ter no distrito de Évora, apresenta como principal finalidade da acção política a conquista da maioria das autarquias locais, no sentido de implementar, de forma eficaz, a acção positiva do Governo do PS, relativamente ao Alentejo, em geral, e ao distrito de Évora, em particular.

SETÚBAL

X Congresso distrital

O X Congresso distrital do PS de Setúbal aprovou, com 74 por cento de votos favoráveis, uma nova Comissão Política Distrital liderada por Alberto Antunes, primeiro subscritor da moção de estratégia «Reforçar o PS no Distrito de Setúbal».

O secretário de Estado Paulo Pedroso, os presidentes das câmaras de Setúbal, Mata Cáceres, e do Montijo, Maria Amélia Antunes, são alguns dos nomes que integram a lista dos 55 elementos da nova Comissão Política Distrital de Setúbal.

O governador Civil de Setúbal, que foi reeleito para um terceiro mandato consecutivo, como presidente da Federação Distrital do PS, conseguiu apresentar uma lista consensual após negociações com as sensibilidades lideradas pelos presidentes das concelhias de Setúbal, Catarino Costa, e do Barreiro, Aires de Carvalho.

Nos termos do acordo, os conteúdos programáticos das moções de estratégia apresentadas por Aires de Carvalho («Vamos ao Assunto») e por Catarino Costa («Para o que der e vier»), foram anexadas à moção de estratégia de Alberto Antunes.

Conquistar mais quatro câmaras à CDU

O presidente reeleito da Federação Distrital de Setúbal do PS estabeleceu como grande objectivo do terceiro mandato como líder federativo, a conquista de mais quatro câmaras à CDU e, por consequência, a presidência da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

Reunião da Comissão Nacional

28 de Outubro, 10.30 horas

Auditório 2 da FIL (Junqueira)

Ordem de trabalhos

**Eleições presidenciais
e análise da situação política**



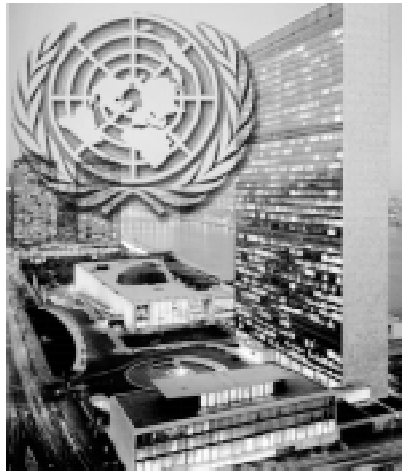
ONU: A CIMEIRA DO MILÉNIO



Em Portugal, como aliás em variados outros países europeus, deu-se pouca importância à Cimeira do Milénio, organizada na ONU, por Kofi Annan. E, no entanto, do meu ponto de vista, foi importante. Tentarei explicar porquê.

Perante a dimensão dos problemas que afectam o mundo, neste começo de século – da profundidade do buraco do ozono à progressão da sida, da pobreza endémica que atinge dois terços do planeta ao terrorismo, da illiteracia dominante à mediocridade promovida pelos «média» – tem-se acentuado uma certa tendência para pensar que a ONU não cumpre os seus deveres e daí a afirmar o seu esgotamento e a propor que seja substituída vai um simples passo. Sem razão. A ONU é o único aréopago onde todos os países, ricos e pobres, grandes e pequenos, têm assento e têm voz, em condições de igualdade. Onde reside, apesar de tudo, uma evidente legitimidade, que advém dos princípios que a enformam, consignados na Carta das Nações Unidas, de ser o garante da paz mundial e a única instância de recurso perante uma agressão ou uma legalidade a nível internacional. Não são pequenas coisas.

Em tempos de mundialização das economias, dos conhecimentos e da informação, com a afirmação da hegemonização de uma só e única grande potência, que se verificou desde o fim da Guerra-Fria e do colapso do comunismo, uma organização internacional, como a ONU, incomoda e



é limitativa de poderes hegemónicos, na medida em que surge como o contraponto independente do Direito e da Justiça internacionais. Daí ter sido criada «ad hoc» uma organização como o G7 ou o G8, que não passa de um directório de países ricos, sem qualquer legitimidade para se arrogar à resolução dos problemas mundiais... Para não falar da pretensão da NATO, igualmente

ilegítima, de se atribuir poderes de polícia do mundo, como sucedeu quando da guerra do Kosovo.

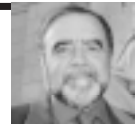
Foi, assim, uma iniciativa de grande alcance e audácia a do secretário-geral, Kofi Annan, ao convocar a Cimeira do Milénio para o palácio das Nações Unidas, em Nova Iorque. Dir-se-á que os resultados da magna reunião são magros – uma lista de boas intenções – em relação às esperanças nela depositadas. Também penso que desta vez não terá sido só isso. Antes dos chefes de Estado, de Governo, e vice-presidente reunidos – 155 presentes num total de 189 Estados-membros das NU – a ONU foi aberta

às ONG's e a personalidades representativas da sociedade civil, conceito que, desde Seattle, tem vindo a ganhar bastante peso no contexto político. Depois porque Kofi Annan apresentou um documento, «Nós, os Povos», de reestruturação da ONU, em que se fixam os grandes objectivos para os próximos anos: a redução drástica da pobreza no mundo; uma metodologia de prevenção

efectiva dos conflitos para manutenção da paz e um código penal internacional. E ainda uma declaração de incitamento ao respeito pelo Direito, que foi aprovada por unanimidade pelo Conselho de Segurança. Bill Clinton, a cinco meses do final do seu mandato, fez, com o seu deslante habitual, o que foi considerado como um discurso de despedida e um «mea culpa». Disse ele: «Aqueles que no meu país ou em qualquer outra parte, acreditam que podemos prescindir da ONU (como é o caso da maioria dos americanos) ou impor a sua vontade sobre ela, interpretam mal a História e não compreendem o futuro.» Acrescentou: «Gostemos ou não, somos cada vez mais interdependentes. Por isso, devemos procurar soluções em que todas as partes envolvidas possam sentir-se vitoriosas e afastarmo-nos daquelas em que se procura a derrota total de alguém.» E ainda: «A luta pela paz, pelo bem-estar de todos e pela saúde, nesta aldeia global, tem uma etiqueta com um preço. Todos os países, incluindo os Estados Unidos, o deverão pagar.» Os Estados Unidos são um devedor contumaz à ONU. Mas não são o único. O Japão, a Arábia Saudita e Singapura, países ricos, pagam contribuições muito inferiores às que deviam. Contudo, o Congresso dos Estados Unidos mantém bloqueada uma dívida de quase 1700 milhões de dólares, ou seja, cerca de 650.000 milhões de escudos! É caso para dizer, o discurso de Clinton foi inovador e inovador é importante, mas... «bem prega, Frei Tomás!»

It-Focus

O PIOR INIMIGO INTERNO



Já não vou às reuniões da Comissão Política do PS. Mas sei que João Cravinho não podia ter dito o que uma informação deturpada veiculou cá para fora. É grave que tal aconteça num partido com a tradição de liberdade interna do PS. Pôr em causa o direito de opinião seria subverter a natureza e a cultura política do Partido Socialista. Espero que o bom senso de Jorge Coelho trave a tentativa fundamentalista de alguns e a imitação caricatural do grupo ortodoxo do PCP. Seria grotesco para o partido que Mário Soares fundou e que, com ele à cabeça, derrotou o estalinismo em Portugal. O pior inimigo interno é o que adula para se promover. O «culto da personalidade» dá sempre lugar ao triunfo da mediocridade. Dada a fraqueza da oposição, o PS só pode ser derrotado por si próprio. Não pelo exercício do direito à crítica, mas pela imposição de falsos unanimismos, quase sempre geradores das grandes rupturas. Por isso

não precisa de um clima de caça às bruxas. Precisa de uma reorientação estratégica e de repor com urgência o primado dos valores.

2. Não é justo atacar os atletas olímpicos portugueses e é ridículo culpabilizar Guterres, como fez Durão Barroso, por ele não ter pedido medalhas. O fracasso da participação portuguesa significa que não há uma política desportiva em Portugal. E nesse sentido reflecte também a grave lacuna da política de educação, da qual a formação desportiva tem de ser parte integrante. Sem desporto nas escolas, nas universidades, nas empresas, sem mais infra-estruturas e formadores nas autarquias e nos bairros urbanos, sem apoio aos clubes das modalidades amadoras, não se pode esperar milagres nos Jogos Olímpicos. O Sport Algés e Dafundo, o clube que mais fez pela natação e pelo judo em Portugal, além de, juntamente com o Sporting, ser o que mais atletas tem levado aos Jogos Olímpicos,

vive horas difíceis, sem apoios que garantam o seu futuro. É um crime contra o desporto português. Se há áreas de que o Estado não pode demitir-se, esta é com certeza uma delas. Num país periférico como o nosso, sofrendo de atrasos ancestrais, não é possível uma política desportiva sem a intervenção do Estado. Mesmo em países mais avançados isso acontece. Veja-se a França: os sucessivos insucessos desportivos levaram o Estado a criar um Instituto Nacional do Desporto. Os resultados estão à vista, não só no título mundial de futebol e nas vitórias do rúgbi, como no facto de a França ser agora um dos países com mais medalhas nas modalidades olímpicas.

O desaire da participação portuguesa, depois dos de Barcelona e Atlanta, deve levar a uma reflexão sobre o futuro do desporto. É preciso uma política e uma mudança de mentalidade. A começar pelo serviço público de televisão para o qual só existe o futebol e as intrigas dos respectivos

bastidores. Que estímulo podem ter os atletas de modalidades de que nunca se fala senão quando há Jogos Olímpicos? Na noite em que se disputavam provas-rainhas da natação, a RTP optou pelos «Donos da Bola». São os atletas que temos. Ou se faz uma revolução no desporto ou o melhor é enviá-los para os próximos Jogos Olímpicos.

É tempo de pôr à frente do Desporto quem fez e sabe de Desporto. Criar um Instituto Nacional com gente como Moniz Pereira, Carlos Lopes, Rosa Mota, Armando Marques e outros que dedicaram as suas vidas à causa desportiva. Apoiar intensamente aquelas modalidades, como a vela, o tiro, o judo, o vólei de praia, em que Portugal tem obtido resultados honrosos. Desenvolver e melhorar a prática da natação e do atletismo. Não basta investir no Euro 2004. É urgente investir na política desportiva como parte integrante da formação humana.

It-Expresso

REFORMA INADIÁVEL

1. A Assembleia da República discute hoje a proposta de lei do Governo relativa à reforma de tributação do rendimento, que modifica substancialmente o quadro legal do IRS, do IRC e do Estatuto dos Benefícios Fiscais e adopta medidas inovadoras no âmbito do combate à evasão e fraude fiscais.

2. Muito se tem sido especulado acerca do carácter global e verdadeiramente reformador das soluções apresentadas. Julgo, porém, que a demonstração da natureza sistemática, coerente e incisiva das propostas pode ser feita sem dificuldade. É certo que estão ainda por concluir as reformas da tributação do património e do sector energético, que o Governo apresentará, respectivamente, até ao final deste ano e durante o primeiro trimestre do próximo.

Por outro lado, ainda em Outubro, tal como foi previamente anunciado, o país conhecerá a iniciativa legislativa do Governo em sede de infracções tributárias e garantias do contribuinte.

É um calendário singularmente exigente, raro em qualquer lugar, que nunca fora objecto de um compromisso político firme e irreversível como este. Não posso, por isso, aceitar a argumentação que visa duvidar do mérito do movimento legislativo em curso.

3. A fiscalidade portuguesa contém distorções incomportáveis, que carecem de ser corrigidas.

Primeiro, a situação insólita de, na tributação do rendimento, cerca de 90 por cento do esforço fiscal ser suportado pelos trabalhadores por conta de outrem e pelos pensionistas.

Segundo, a inversão que se verifica entre nós - em contraste flagrante com a média

européia - e que consiste em a tributação sobre o consumo ter um peso significativo maior do que a que incide sobre o rendimento, o que denota o carácter regressivo e iníquo do nosso modelo.

Terceiro, a circunstância nociva de mais de um quarto da actividade económica se desenvolver à margem das leis tributárias, o que só é possível graças à evasão fiscal e prejudica gravemente a livre concorrência entre os agentes económicos.

Este estado de coisas tem de ser radicalmente mudado. É por isso que, no essencial, o que está em causa não é o combate ideológico entre direita e esquerda, mas sim a criação de condições que nos permitam sair de uma letargia com características de subdesenvolvimento de modo a evoluir para a primeira linha do desenvolvimento económico e social.

4. Um vector fundamental tem a ver com a consagração de um sistema mais justo no contexto da coerência do modelo de imposto único que constitui a nossa matriz. Nesta linha, a redução global de todas as taxas do IRS e do IRC, em termos nunca antes observados, que permitirá designadamente que mais de 600 mil trabalhadores deixem de pagar IRS, constitui um sinal inequívoco de que o Governo está disposto a perder receita para garantir mais justiça.

No figurino no IRS, a redução do número de categorias, de nove para seis, e o englobamento das mais-valias apontam o rumo de um imposto mais unitário e, por isso, mais justo, o que é reforçado com as inovações introduzidas nas deduções à colecta, que melhoram o tratamento dado às famílias portuguesas.

No mesmo sentido milita a eliminação da dupla tributação económica dos dividendos em termos há muito reclamados pelas associações empresariais.

5. Outro combate imprescindível visa trazer para dentro do sistema quem tem estado fora dele, numa óptica que aponta sobretudo para a profilaxia do incumprimento e para a persuasão, sem prejuízo da firmeza na repressão da fraude. É neste âmbito que se situam as novas regras de recurso a métodos indirectos, de inversão do ónus da prova e de derrogação do sigilo bancário, quando circunstâncias concretamente identificadas justifiquem a adopção dessas medidas excepcionais, que são similares - ou até mais prudentes - àquilo que é praticado pelos nossos parceiros da OCDE. Acresce que tais acções serão executadas com integral respeito pelas garantias dos contribuintes e com salvaguarda de recurso aos tribunais, com efeito suspensivo, pelo que ninguém de boa fé pode dizer que prosequimos a eficiência à custa dos princípios.

6. Mas não basta combater a evasão ilícita. Qualquer Estado moderno tem de estar preparado para contrariar o planeamento fiscal que seja conduzido de forma abusiva. Assim, as medidas propostas quanto aos

preços de transferência - em que éramos dos poucos sem regras -, no combate à subcapitalização das empresas e na correcção dos regimes da tributação consolidada e das mais-valias das pessoas colectivas, em que os problemas há muito estavam identificados e faltava apenas assumir uma vontade de mudança, são necessárias para o aperfeiçoamento do sistema e não podem continuar a ser adiadas.

No mesmo sentido, há que avançar com rigor e sem demagogia na erradicação de privilégios que só a inércia tem permitido que se mantenham, como acontece com as provisões para riscos gerais de crédito das instituições bancárias, de que as outras estavam identificados e faltava apenas assumir uma vontade de mudança, que confere um injustificado tratamento de privilégio para esse tipo de veículos.

Finalmente, devemos impedir os abusos fiscais praticados no «offshore» da Madeira, numa perspectiva que até é de defesa desse centro internacional de negócios, cuja subsistência não pode ser mantida à custa de práticas que desvirtuam a razão de ser da sua criação.

7. A simplificação é outro instrumento-chave da reforma.

Somos o último país europeu a não ter um sistema de tributação simplificada, com base em rendimentos presumidos para os pequenos contribuintes de IRS e de IRC, que permita alcançar vários objectivos fundamentais: combater a evasão, facilitar a vida tributária aos que têm menos recursos e libertar os meios da administração para outras tarefas onde são mais necessários.

8. Também não faz sentido uma política de benefícios fiscais ao serviço de «lobbies» mais ou menos organizados, que seja insensível à relação entre a despesa fiscal e as reais vantagens socio-económicas alcançadas.

Devemos definir prioridades nacionais e apostar nos instrumentos que as podem favorecer, que, no IRS, são o apoio à poupança e à habitação.

Na vida empresarial, optou-se por um regime de crédito fiscal ao investimento, melhorado e majorado quando esteja em causa a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a interioridade.

9. Posta em crise a argumentação dos que duvidavam da coerência da reforma, ou até da existência de uma verdadeira reforma, já se começam a ouvir os que adivinham o insucesso da sua concretização, designadamente pelas insuficiências da administração fiscal.

Tal tese assenta na profissão de fé dos que, conformados com a mediocridade, desconfiam sempre da mudança. Não vale a pena discuti-la fora do plano dos factos que no futuro lhes darão razão a eles ou a nós.

Por mim, não vejo alternativa melhor. E naturalmente que assumo o risco das opções do Governo.

In «Público», 11 de Outubro

EM DEFESA DA REFORMA FISCAL

A reforma fiscal tantas vezes reclamada foi finalmente apresentada. Nos traços gerais, é justo reconhecer que se trata de uma reforma orientada pelo princípio da equidade. O sistema fiscal que temos é profundamente injusto: os impostos indirectos, que são cegos em relação a quem os paga, pesam mais do que os directos; grande parte das empresas foge ao fisco declarando resultados nulos ou negativos; os pensionistas pagam mais do que comerciantes, advogados e outros profissionais liberais; os trabalhadores por conta outrem suportam o grosso do IRS; e as grandes fortunas, bem como os enormes proveitos do sector financeiro, escapam ao fisco. No fundo, é como se o sistema fiscal fosse uma rede do avesso: deixa nas suas malhas escapar o peixe graúdo, mas retém impiedosamente o pequeno.

A proposta do Governo procura responder a todos estes aspectos. Corrigem-se os escalões e as taxas do IRS, por forma a isentar de imposto os rendimentos mais baixos. Criam-se escalões intermédios que, em conjunto com a revisão das deduções à colecta, vão beneficiar as famílias de classe média. As despesas com creches e infantários passam a ser dedutíveis, o que é elementar para apoiar as famílias jovens. Acabam ou reduzem-se certos benefícios fiscais associados a produtos financeiros. Impede-se que a banca deduza, sob a forma de provisões, o grosso dos seus lucros, pondo termo ao escândalo da demissão deste sector perante as suas responsabilidades fiscais. Introduce-se um

sistema opcional de tributação simplificada para empresas e profissionais liberais, inspirado no modelo francês. Quem não aderir, terá de ter contabilidade organizada e não escapará a fiscalizações embaraçosas. Aumentará assim, espere-se, o universo contribuinte. Por outro lado, são criadas tabelas de rendimentos presumidos associados a sinais exteriores de riqueza (compra de habitações, automóveis de luxo, barcos, etc.). O ónus da prova nestes casos caberá ao contribuinte. Admite-se ainda, em certos casos, a quebra do sigilo bancário pela administração fiscal.

É certo que ainda ficam de fora, nesta reforma, os impostos sobre o património, pedra-de-toque da equidade fiscal. Mas o que desde já se anuncia é um passo importante, há muito reclamado pela esquerda, dentro e fora do PS. É normal que PSD e PP protestem. As suas propostas não visam proteger o pequeno nem tocam nos grandes interesses. Resta saber: primeiro, se o conjunto de medidas apresentadas pelo Governo recolhe a aprovação do Parlamento; segundo, se o Orçamento de Estado que lhe está associado acaba por ser viabilizado; terceiro, se a administração fiscal que temos é capaz de dar corpo a estas mudanças.

Seja qual for o desfecho, não podemos deixar de saudar a reforma fiscal finalmente anunciada. Vale mais tarde que nunca. É sempre tempo, para o Governo e para o PS, de retomar aquela que foi, em 95 e 99, uma das suas grandes bandeiras eleitorais.

In «Visão»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Desporto juvenil em Albufeira

Amanhã, pelas 21 e 30, não perca a terceira eliminatória do IV Concurso de Fado Amador da cidade, a decorrer no Auditório Municipal.

Durante o fim-de-semana, a partir das 15 horas realizam-se as primeiras Jornadas do Desporto Juvenil, Torneio «Cidade de Albufeira» - Cadetes Femininos, no pavilhão da Escola Secundária.

Uma exposição de cerâmica, assinada por Lourdes Vieira e integrada no terceiro aniversário da geminação Albufeira/Ilha do Sal, encontra-se patente ao público, até ao dia 28, na Galeria Municipal, diariamente, das 10 e 30 às 17 horas, encerrando aos domingos e feridos.

Teatro em Coimbra

Hoje, às 18 horas, realiza-se uma conferência sobre «A loucura republicana». Este evento, inserido no ciclo «Portugal, 1910-1933: Releituras de um passado inexacto», decorre na Casa Municipal da Cultura.

A companhia de teatro A Escola da Noite leva à cena a peça «Além as Estrelas são a Nossa Casa», a partir da obra homónima de Abel Neves.

O espectáculo tem estreia marcada para a quarta-feira, dia 25, na sala de A Escola da Noite, no Pátio da Inquisição, e manter-se-á em cena de quarta-feira a sábado, até meados de Novembro.

Posteriormente iniciará uma itinerância por várias cidades, em que se inclui Braga. «L'État des Choses» é o título genérico da mostra de pintura de Colette Vilate, patente ao público, até ao dia 5 de Novembro, na Galeria do Átrio e do Jardim da Casa da Cultura.

Orquestra em Fafe

A Orquestra do Norte actua, sob a direcção do maestro Gunter Arglebe, no Estúdio Fénix, amanhã, pelas 21 e 30, no Estúdio Fénix.

O espectáculo inclui a execução de obras de Schubert (Sinfonia n.º 8, «Inacabada») e Manuel de Falla (O Amor Brujo) e a participação do Ballet do Principado das Astúrias.

Estreias em Faro

Um desfile alegórico com andarilhos, personagens de fantasia e mascotes, assinala, amanhã, a abertura da tradicional feira anual de Santa Iria.

Trata-se de uma iniciativa que até ao dia 29 animará o Largo de São Francisco na capital algarvia.

Durante cerca de dez dias, além das atracções próprias de um certame desta natureza, a feira de Santa Iria vai contar com muita animação, designadamente espectáculos de música e folclore.

«O Fantasma», último filme do realizador

português João Pedro Rodrigues, tem agendada a sua estreia nacional para amanhã.

Na mesma altura e também no Auditório do Instituto Português da Juventude (IPJ) de Faro, vai ter igualmente estreia nacional a curta-metragem «Sem Movimento», do português Sandro Aguilár, que obteve uma menção honrosa do júri no último Festival de Cinema de Veneza. Nesta iniciativa do Cine-Clube de Faro, o realizador João Pedro Rodrigues estará presente para um debate com o público.

Tunas em Guimarães

Amanhã e no sábado, a partir das 21 e 30, assiste ao Festival Internacional de Tunas – «Il Cidade Berço», a decorrer no Auditório da Universidade do Minho.

O filme de animação «A Fuga das Galinhas», de Nick Parker, estará em exibição, no dia 22, no Auditório da Universidade do Minho.

«60 Segundo», uma fita assinada por Dominic Sena, com Nicolas Cage e Angelina Jolie nos principais papéis, estreia na terça-feira, dia 24, na mesma sala de espectáculos.

Filmes em Lisboa

«A Vida Moderna», de Laurence Ferreira Barbosa; «A Verdade Escondida», de Robert Zemeckis; «Noiva Procura-se», de Buster Keaton; e «O Fantasma», de João Pedro Rodrigues; são as fitas debutantes amanhã, nas salas de cinema lisboetas.

Desfolhada em Paredes de Coura

Realiza-se no próximo sábado, dia 21, na eira do Museu Regional, a Desfolhada tradicional.

Conferência em Portimão

«Responsabilidade Social na Luta Contra a Pobreza e a Exclusão» é o tema da conferência que se realiza amanhã, na Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes, pelas 21 e 30.

Até ao dia 31 de Outubro poderá visitar, na Junta de Freguesia de Alvor, a exposição de fotografia «Imagens de Aves».

Gastronomia em Santarém

A 20.ª edição do Festival Nacional de Gastronomia arrancou já com a apresentação pública da gastronomia como Património Cultural, uma pretensão antiga consagrada em Julho último em Conselho de Ministros.

Este ano, com o Brasil como país convidado, o Festival, que decorre até ao dia 5 de Novembro, inclui um seminário sobre «Intercâmbio de Culturas: Cozinhas de Influência (Portugal-Brasil)».

O evento, que se realiza a 2 de Novembro, visa contribuir para a identificação e análise das influências recíprocas da gastronomia dos dois países.

Em discussão estarão os «Gostos e práticas gastronómicas à volta de 1500», a «Comida açoriana na colonização do Brasil», «Culinária paulista tradicional, práticas da comensalidade (Portugal-África)», «Portugal e Brasil sentados à nossa mesa», «Interações e influências das cozinhas portuguesa e brasileira» e «Os portugueses torna-viagens».

O Festival segue os moldes anteriores, ou seja, além da refeição regional na sala grande da Casa do Campino (às 13 horas), funcionam, nas antigas cavalariças, as tasquinhas onde podem ser provados os pratos típicos das várias regiões do País. Na zona dos claustros, à roda da qual se instala o artesanato, decorre a animação com os grupos trazidos diariamente pelas diversas regiões de turismo presentes.

Exposições em Santo Tirso

Numa organização conjunta da autarquia local e da Ordem dos Biólogos, vão estar patentes a partir de hoje e até ao dia 19 de Novembro, no Museu Municipal Abade Pedrosa, duas exposições subordinadas ao tema «Património/Ambiente – Um espaço, duas realidades».

«Rente ao olhar» é a designação do conjunto fotográfico sobre microcosmos biológicos nas vertentes vegetal e animal. A segunda mostra exhibe um conjunto significativo de espécies da flora portuguesa que dá pelo nome de «As Nossa Plantas».

A partir de sábado e até ao dia 27 decorre a «Semana Asas», uma iniciativa que integra a exposição «Dar asas à arte» e um concerto com Maria João e Mário Laginha (dia 27, às 21 e 30).

SUGESTÃO

EAGLE-EYE CHERRY

O músico Eagle-Eye Cherry apresenta-se, no dia 21 de Outubro, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, para o seu primeiro concerto português a solo, depois de uma passagem por Vilar de Mouros em 1999 e de um concerto privado há alguns meses.

O espectáculo, agendado para as 21 horas, deverá incluir êxitos como «Save tonight» ou «Falling in love again», do seu álbum de estreia «Desireless», e também apostar na apresentação do novo disco, «Living in the present future», que já esteve entre os 30 mais vendidos de Portugal e cujo *single* de apresentação, «Are you still having fun», fez parte do top-5 de *singles*.

Há dois anos atrás, o filho do trompetista de jazz Don Cherry e irmão de Neneh Cherry apenas desejava que o seu álbum de estreia vendesse o suficiente para lhe dar oportunidade de gravar outro.

Eagle-Eye Cherry chega agora ao nosso país com quatro milhões de álbuns vendidos, ultrapassando em muito as suas modestas ambições iniciais.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Herberto Helder em visita

Pela noite adiante ele trazia uma metáfora cosmopolita era a Europa e o poema onde floria rosa a rosa a palavra nunca escrita.

Comboios de Antuérpia vadiagem do ser como pastor de poesia. Ou Bruxelas da noite – essa viagem onde o poema a si mesmo se fazia.

Pela noite adiante de repente Coimbra era uma Europa loucamente tocada por um ritmo por um rito.

Era o oculto tremor de uma grafia. Pela noite adiante ele escrevia rosa a rosa o poema nunca escrito.

Manuel Alegre
In «Coimbra Nunca Vista»
Publicações Dom Quixote, 1995

Mafalda Veiga

21 de Outubro, 21h30

Centro Cultural de Belém Grande Auditório



ORÇAMENTO 2001, IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO E POLÍTICA AMERICANA

1. O Orçamento de Estado para 2001 reforça o peso das verbas dedicadas à cultura, à ciência e tecnologia, no quadro de uma aposta central do Governo que engloba a significativa subida das verbas dedicadas à educação, sempre crescentes nos últimos cinco anos. Houve necessidade de deixar de proceder à contenção a que durante cinco anos se procedeu na área da Defesa e garantir os recursos para a segurança dos cidadãos, no domínio da Administração Interna. Quanto às despesas no conjunto das funções sociais, o Governo, na sua proposta orçamental, garante nomeadamente o funcionamento do Serviço Nacional de Saúde, o cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social e uma ligeiríssima descida da verba afecta ao Rendimento Mínimo Garantido, tendo em conta a evolução positiva deste processo. As despesas de investimento, englobando a comparticipação nacional no PIDDAC e os recursos oriundos do III Quadro Comunitário de Apoio ultrapassam, em conjunto com outras

fontes, os 1200 milhões de contos, o que constituirá um importante esforço no sentido da promoção do crescimento e do desenvolvimento económico português.

2. O processo de reforma dos impostos sobre o rendimento pode vir a ter um significativo avanço, a partir da proposta de lei que o Governo em boa hora apresentou. As convergências em sede de IRS e de IRC com alguns projectos apresentados por deputados da Oposição abrem espaço para um diálogo aprofundado no âmbito parlamentar.

O projecto apresentado pelo PSD, rabisado sobre o joelho, propõe um aumento generalizado do IVA, sem qualquer justificação lógica, penalizando os sectores sociais mais desfavorecidos. Não tem praticamente contributos válidos para uma Reforma dos Impostos sobre o Rendimento. Mas há mesmo assim divergências grandes em sede de IRS e de IRC, entre por exemplo os projectos do PCP e do CDS/PP, como era expectável. O projecto do Governo é uma solução equilibrada que poderá/deverá ser a matriz de um compromisso.

3. As propostas económicas de Al Gore e de George W. Bush representam concepções bastante diferenciadas. Os efeitos de uma ou de outra das políticas repercutir-se-ão na Europa com algum peso.

Gore dá uma grande importância ao pagamento da dívida externa norte-americana, ao apoio às famílias nas áreas da educação e da saúde, nomeadamente através de créditos fiscais e de um maior apoio aos sistemas de saúde. Preconiza uma reforma dos impostos sobre o rendimento, desagravando os mais desfavorecidos e as classes médias. Dá um peso importante à continuação da criação de empregos com grande peso da inovação tecnológica e estabelece metas educacionais ambiciosas mas exequíveis.

Bush, pelo contrário, apresenta propostas evadidas de algum liberalismo requentado, privilegia os mais ricos na área fiscal e apresenta reduções de impostos aparentemente incompatíveis com os investimentos que preconiza. Não votamos mas sofremos os efeitos das políticas económicas norte-americanas. Daí a importância de as seguirmos com atenção!

«O que desde já se anuncia (na reforma fiscal) é um passo importante, há muito reclamado pela esquerda, dentro e fora do PS»

Helena Roseta
Visão, 12 de Outubro

«Os pensionistas pagam (actualmente) mais do que comerciantes, advogados e outros profissionais liberais»
Idem, ibidem

«O "Big Brother" é Portugal no seu pior. É o retrato, verdadeiro mas confrangedor, de uma juventude culturalmente subdesenvolvida, com uma linguagem rasteira e que se deixa humilhar em directo por um lugar ao sol»

José António Lima
Expresso, 14 de Outubro

«Em todos os canais, nas horas de maior audiência, um largo espaço de tempo é ocupado com programas onde se distribui dinheiro»

Editorial, Expresso
14 de Outubro

«As pessoas acreditam que a felicidade se compra com dinheiro – isto é, se atinge através do consumo desenfreado, da aquisição sôfrega de mais e mais bens materiais»

Idem, ibidem



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

